

REAGE, RIO GRANDE!

(POR UM NOVO PACTO FEDERATIVO)

PEDRO SIMON





SENADO FEDERAL

SENADOR PEDRO SIMON

REAGE, RIO GRANDE!

(Por um novo pacto federativo)

BRASÍLIA – 2005

Simon, Pedro.

Reage, Rio Grande!: por um novo pacto federativo/
Pedro Simon. – Brasília : Senado Federal, 2006.

97p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar.

I. Título.

CDD 320.08

Ilustração da capa: “Carga Farrapa”, de
Guido Mondim, acervo do Tribunal de Contas
do Estado do Rio Grande do Sul (Óleo sobre
tela, 2m97x1m96, 1980)

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	5
Crise Financeira do Rio Grande do Sul	13
Dívidas dos Estados Brasileiros	29
Estiagem na Região Sul	35
Reivindicações das Indústrias do Sul	45
Em Defesa da Companhia de Petróleo Ipiranga	51
Prejuízos dos Estados Exportadores	63
Crise do Pacto Federativo	73
Estiagem no Rio Grande do Sul	85
Propostas para Reduzir Prejuízos da Estiagem	91

APRESENTAÇÃO

O Governo do Rio Grande do Sul vive, hoje, dramática situação financeira, disse, em pronunciamento feito na tribuna, o Senador Pedro Simon, que identifica como as duas principais causas geradoras do problema o fenômeno da concentração de receitas na União e a negativa do Governo Central em cumprir compromissos assumidos com os estados exportadores quando da edição da Lei Kandir.

São numerosos os pronunciamentos recentes do Senador sobre temas rio-grandenses relevantes, como o citado sobre a delicada questão do pacto federativo. Vários deles foram reunidos neste livro. Há discursos lamentando os graves prejuízos causados pela devastadora estiagem sofrida pelo Rio Grande do Sul no início de 2004, bem como para sugerir formas de minorar as dificuldades dos agricultores mais atingidos. Em um longo pronunciamento, o Senador analisa as dificuldades enfrentadas pela Companhia de Petróleo Ipiranga em função da elevação dos preços internacionais do petróleo.

Os problemas entre a União e os estados no Brasil, na avaliação do Senador Pedro Simon, decorrem do fato de o federalismo brasileiro ter sido imposto de cima para baixo, ao contrário, por exemplo, do federalismo nos Estados Unidos, onde estados autônomos resolveram se juntar para formar uma grande nação. “Aqui, ao contrário, um país desmembrou-se em estados. Isso gerou um problema. Desde o Império, a situação das antigas províncias – os atuais estados – sempre foi de total dependência do Poder Central”, comentou Simon.

Ocorre, porém, que, no Brasil, a União parece ignorar a existência dos estados, disse o Senador e exemplificou: “A União fica hoje com cerca de 75% dos impostos recolhidos no País – repito: a União fica hoje com cerca de 75% dos impostos recolhidos no País! Sobram apenas 25% para os estados e para os municípios. Ora, isso é inconcebível, inaceitável. Essa situação não pode mais continuar. Creio que o pacto federativo tem de ser reabilitado, rediscutido. O Senado Federal, que representa a Federação, tem de estar presente nesse momento e nessa hora”.

Pedro Simon lembrou ainda que, em função da Lei Kandir, o Governo se comprometeu a ressarcir os estados que não cobram ICMS nas exportações. Em 2004, falou-se que o Governo concederia, em 2005, R\$8,5 bilhões aos estados. “Depois, o Governo disse que só daria R\$6,5 bilhões e começou uma briga: R\$6,5 bilhões ou R\$8,5 bilhões? A União o que fez? Não colocou nem R\$6,5 bilhões nem R\$8,5 bilhões. Não colocou nada. Esqueceu. Para que fez isso? Para humilhar os estados.”

Simon lembrou que o governo militar, instalado em 1964, organizou um forte poder central, detentor quase exclusivo da capacidade de legislar e tributar, alegando que o aumento da carga tributária se justificava pela necessidade de financiamento da modernização infra-estrutural. No entanto, mesmo aquele governo de exceção não eliminou a competência tributária dos estados e instituiu mecanismo de partilha de receitas.

O Senador disse que a redemocratização, em 1985, empurrou o pêndulo de volta aos estados, mas por pouco tempo, porque a Constituição de 1988 era francamente municipalista, em oposição ao planejamento excessivamente centralizador da tecnocracia do período anterior. “O reforço da posição do município foi colocado como panacéia para o combate do “atraso” advindo das desigualdades regionais, diante do fracasso tecnocrático em atingir os chamados grotões. Ademais, o município foi alçado ao nível de ente federado, fato inédito no mundo”, comentou.

Em outro pronunciamento, abordando a questão da dívida do estado, o Senador disse inicialmente que muitos dos integrantes do PMDB exigiram do Governador Germano Rigotto que denunciasse, desde os primeiros dias de seu governo, a dramática situação econômica em que se encontrava o estado depois da desastrosa gestão do PT. Pedro Simon, então, elogiou a postura cautelosa de Rigotto, que buscou uma transição pacífica e harmoniosa, embora ressaltando que a dívida que estava sendo recebida era imensa. “Assumimos a administração com o caixa único exaurido, com dívidas de curto prazo de quase R\$4,5 bilhões e com parte da arrecadação de 2003 antecipada pela administração anterior”, comentou.

Pedro Simon destacou que, em dez anos, a dívida do Rio Grande do Sul cresceu seis vezes, enquanto a arrecadação do estado aumentou apenas quatro vezes. Lamentou que a dívida cresça de forma inexorável, independentemente de o estado consumir até 18% de sua arrecadação com o serviço da dívida. Uma das soluções, para o Senador, seria o fortalecimento dos estados e municípios, que sofrem hoje com a continuada supressão de suas receitas. Além disso, acrescentou, é necessário que sejam adotadas medidas urgentes para deslanchar investimentos em habitação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura, fundamentais à geração de emprego e de renda.

O Senador citou um dado impressionante que explica bem o empobrecimento dos estados. As receitas compartilhadas com os estados – como IPI, IR – caíram de 80% para 40% da arrecadação total da União. Enquanto isso, as receitas não compartilhadas subiram de 20% para 60%, levando à maior concentração de receitas na União da história republicana.

Em outro discurso, Pedro Simon destacou a pujança dos três estados do Sul que, embora representem apenas 15% da população do País, produzem 18% do Produto Interno Bruto nacional; reúnem 30% das indústrias brasileiras; e geram 28% dos empregos industriais.

Mesmo assim – continuou – os empresários sulistas identificam um verdadeiro colapso nas condições da infraestrutura da região. “A situação é consequência direta da pouca participação nos recursos da União, e acarreta perda na competitividade das empresas”, criticou.

Pedro Simon ressaltou, entre os problemas da região, o colapso nas infra-estruturas portuária, rodoviária e aérea, com a consequente necessidade de investimentos para ampliação e modernização; a concorrência desleal de empresas de outras regiões que recebem gás natural com preços mais baixos e o colapso no saneamento básico.

Analisando a gravíssima questão da estiagem no início de 2004, o Senador disse que, desesperados, milhares de pequenos produtores e suas famílias tinham ocupado e bloqueado estradas na tentativa de alertar as autoridades para a situação. Naquela época, no Rio Grande do Sul, 382 municípios decretaram situação de emergência, representando cerca de 77% dos 497 municípios do estado. Nos quatro estados mais ao sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, – os agricultores amargaram graves prejuízos em culturas de soja, feijão, arroz, milho, hortigranjeiros e criações.

Simon enfatizou que o Governador Germano Rigotto, mesmo num quadro de dificuldades financeiras, decidiu liberar mais R\$3 milhões para o Programa RS Rural, e buscou mais recursos junto ao Banco Mundial. “Registre-se, aliás, que o Governo Estadual recebeu o Programa RS Rural com uma dívida de R\$38 milhões, compromisso que foi renegociado com o Banco Mundial”, acrescentou.

Outro mecanismo acionado pelo Governo do Estado – disse Simon – foi o Seguro Agrícola Subsidiado do Milho, que protege agricultores familiares dos prejuízos causados pelas variações climáticas, entre elas a seca e o granizo.

Lamentando as medidas paliativas de emergência anunciadas pelo Governo Federal, o Senador julgou

insuficientes os recursos oferecidos, já que a ajuda federal de emergência foi limitada apenas àqueles que perderam mais de 50% da safra. Conforme dados do Movimento dos Pequenos Agricultores, apenas 64 mil famílias foram beneficiadas, num universo de trezentas mil em dificuldades. Comentou o Senador: “São medidas tímidas que pouco representam em termos de ajuda efetiva. Na realidade, estamos assistindo a um roteiro há muito conhecido. O Governo Federal está acostumado a atuar somente sobre as conseqüências, “correndo atrás da máquina”, quando deveria definir uma política preventiva, com programas ágeis e eficazes de assistência em situações de crise. Venho falando sobre esse tema da agricultura há muito tempo. Outra proposta minha para o setor, o Projeto de Lei nº 126/98, define uma política agrícola para o País e estabelece a concessão de crédito rural diferenciado aos agricultores familiares e aos produtores assentados em áreas de reforma agrária. O tratamento favorecido exige, no entanto, uma retribuição à sociedade. O produtor familiar será favorecido na medida em que melhorar seu desempenho em termos de produção de alimentos, proteção ao meio ambiente e geração de empregos”.

Pedro Simon considera que a proposta que apresentou inova ao transformar em lei o programa da agricultura familiar, o Pronaf. Como está hoje, na condição de um programa a ser executado pelo Governo, pode variar de acordo com as circunstâncias enfrentadas pelo Tesouro. Transformado em lei, passa a ter aplicação obrigatória. “É uma medida oportuna, porque embora a Lei nº 8.171/91 assegure o benefício apenas aos assentados em projetos de reforma agrária, os agricultores familiares ficam à mercê do Poder Executivo para receber os financiamentos por meio do Pronaf. O projeto foi aprovado no Senado e aguarda avaliação da Câmara dos Deputados”.

Segundo o Senador gaúcho, lamentavelmente, o País ainda não possui um verdadeiro seguro agrícola, digno de ter esse nome. “Precisamos estabelecer uma

forma de seguro agrícola – disse Simon – capaz de atender à demanda e garantir condições para que o produtor possa trabalhar com tranquilidade”.

O Brasil deve estabelecer uma política ampla para a agricultura que beneficie desde a familiar de subsistência – que tem grande alcance social – até aquela voltada para a exportação, que é hoje responsável pela maior parte das divisas geradas pelo setor exportador da economia nacional. “Está na hora de a sociedade debater em profundidade e nos quadros de um planejamento de longo prazo o que pretende em termos estratégicos com a política agrícola, a segurança alimentar e a reforma agrária. São problemas que ainda precisam ser enfrentados com coragem, ousadia e criatividade”, disse Pedro Simon.

Depois de destacar que situações de seca no extremo Sul podem surpreender os que se acostumaram a ver e ouvir falar apenas da seca no Nordeste, o Senador lembrou que o empobrecimento da região Sul, especialmente a metade sul do Rio Grande do Sul, é um fato inegável que já em 1960 foi denunciado pelo jornalista Franklin de Oliveira, em obra memorável intitulada Nordestização do Rio Grande do Sul.

Ao apresentar um quadro dos prejuízos da seca, estabelecido com dados da Emater/RS, o Senador disse que na soja a produtividade de 2004 ficaria entre 43% e 48% menor do que a do ano anterior, com perda de 4,1 milhões de toneladas; para o milho, a redução sobre a safra passada seria de 23,14% a 26,86%, o que significa a produção de 1,5 milhão de toneladas a menos. A queda da produção de feijão estava estimada em 66% em relação ao ano anterior.

O Senador foi à tribuna também para abordar as dificuldades enfrentadas por uma das mais destacadas empresas gaúcha, a Companhia de Petróleo Ipiranga, em função da alta dos preços do petróleo. Simon lembrou que, fundada no Rio Grande do Sul na década de 30, a Ipiranga é motivo de orgulho para o Brasil. Assim como a Varig foi pioneira na aviação, a Ipiranga foi pioneira no refinamento do petróleo.

“Exatamente na cidade de Rio Grande, não em São Paulo ou outro lugar, é que foi nascer a companhia que, durante muito tempo, vem operando com desempenho excepcional, embora proibida de se desenvolver”, disse o Senador, lembrando que, desde a criação do monopólio do petróleo, a Ipiranga teve que usar seus lucros em uma infinidade de outras realizações, como hotéis, porque foi impedida de crescer e de se desenvolver.

Analisando a questão industrial brasileira, o Senador lembrou que o empresariado nacional se queixa da escassez da oferta de crédito para investimentos, dos juros altos, da falta de incentivo, dos problemas gerados por uma burocracia ineficiente e das imperfeições da legislação. “No caso da Ipiranga, a dificuldade está ligada ao mercado internacional do petróleo. O alto preço a que chegou o barril de óleo, com impacto estrondoso na economia da empresa, é apenas parte do problema. O outro aspecto se refere a uma restritiva legislação nacional que gera problemas ainda maiores, ameaçando a própria sobrevivência da empresa”.

Pedro Simon destacou que a bancada gaúcha levou o problema à consideração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de ofício em que apresenta as reivindicações da refinaria Ipiranga. E, a seguir, leu o documento, que diz, em certo trecho: “Desde março de 2004, os preços do petróleo, no mercado internacional, crescem assustadoramente. No último mês de abril, foi superado o patamar de US\$40 por barril. No Brasil, os preços dos derivados de petróleo estão baseados em US\$31/US\$32 o barril importado, provocando perdas vultosas às refinarias privadas”.

CRISE FINANCEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

(Pronunciamento em 26 de março de 2004)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Rio Grande do Sul vem atravessando uma situação dramática que tem merecido um intenso debate por parte da imprensa, principalmente do meu Estado.

No final de 2002, houve uma eleição histórica no Rio Grande. Dois candidatos concorriam à indicação pelo PT. Um deles, Olívio Dutra, ocupava o Governo do Estado; o outro era o ex-Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro. Olívio Dutra acabou por perder a convenção para Tarso Genro, que ficou sendo o candidato oficial do PT. Pelo PPS, concorria também um ex-Governador, nosso amigo e companheiro, Antônio Britto, cria do PMDB, que achou por bem sair do nosso partido, dizendo que se retiraria da vida pública, mas que posteriormente se candidatou a governador pelo PPS.

As pesquisas achavam que entre os dois estava a decisão. Inicialmente, Britto tinha 42% das intenções de voto; Tarso estava com 38%. O nosso PMDB estava sem candidato. Insistiram para que eu fosse o candidato do nosso partido. Levei muito tempo para explicar aos nossos correligionários que não considerava ideal a minha candidatura. Aleguei que já tinha sido governador e que as coisas boas que fiz não eram mais lembradas, mas, ao mesmo tempo, todos lembravam das coisas ruins.

A briga pelo Governo do Estado estava, há oito anos, entre PT e Britto. Antônio Britto foi um grande Governador, teve grandes realizações, não há dúvida ne-

nhuma. Já o PT fez uma administração boa, mas controversa. Então, a disputa seria entre os dois. Por isso lancei a minha tese de um candidato neutro, um nome novo, que não tivesse arestas, que ninguém pudesse tocar e que lançasse uma mensagem renovadora, porque a briga de oito anos entre PT e Britto – embora o Rio Grande goste de discussão – já havia deixado o Estado cansado.

Saiu como nosso candidato o Deputado Germano Rigotto. Quando apresentei Germano Rigotto como candidato do PMDB, na entrevista coletiva de lançamento do candidato, só estava eu de parlamentar. Ninguém quis assumir o compromisso de estar presente, o que foi muito engraçado. Eu o assumi: “O nosso candidato é o Rigotto”. Ele entrou na disputa com 2%. Começamos a rodar pelo interior do Estado.

O Rigotto é uma criatura fantástica. Trabalha 20 horas por dia e é de uma simpatia fora do normal. Quando chega a uma reunião, abraça a todos. Aquilo é espontâneo. Não é política feita, exagero, exibicionismo. É da alma, do sentimento dele beijar criança, abraçar, cumprimentar. Ele fez uma campanha espetacular. Mas as pesquisas continuavam indicando que ele permanecia com 2%.

Estávamos preocupados, porque tanto o PT, de um lado, como Britto, de outro, estavam começando a querer entrar nas nossas bases. O pessoal das nossas bases estava na campanha, mas preocupado. Todos me diziam: Senador, o negócio não anda; vamos ter de decidir. O nosso partido estava rachado. Um grupo queria ir para o Tarso, porque tinha simpatia pelo PT e mágoas enormes por Britto, que tinha deixado o nosso partido – sem explicar por quê. Todos se perguntavam por que ele havia deixado de ser candidato do PMDB para ser candidato contra nós.

Mas, nesse meio tempo, aconteceram coisas interessantes. Em primeiro lugar, destaco a fantástica campanha de Rigotto. Ele fez uma campanha de grande competência. Quem não conhece o Rio Grande pode até não entender, mas quem conhece sabe que a campanha

política, a eleição no Rio Grande é marcada pelo rancor, pela paixão, pela garra, pelo sentimento sangüíneo. No Rio Grande ou se é contra ou se é a favor. Grêmio ou Internacional?

Pois Rigotto mudou essa cultura na última campanha pelo Governo do Rio Grande do Sul. Fez uma campanha – seu lema era um coração batendo – de paz e amor:

Ele dizia: vou governar para todo o Rio Grande. Chega! O Rio Grande cansou dessa briga entre Britto e o PT! Isso não pode continuar.

E aconteceu um fato interessante. O meu amigo Britto e o meu amigo Tarso, duas pessoas da maior competência, em vez de coordenarem suas campanha, prepararam-na no sentido de que tudo fosse feito para demolir o adversário. De um lado, 90% da campanha do PT na televisão era para demolir Britto, e 10%, para defender Tarso. Do outro, 90% da campanha de Britto na televisão era para demolir Tarso, e 10%, para defender seu programa de governo.

Germano Rigotto passou pelo meio dos dois, dizendo, de certa forma, com muita categoria o seguinte: acho que os dois têm razão; não é hora de um nem de outro.

Então, de uma hora para outra, o resultado das pesquisas foi mudando. Rigotto, que havia chegado a 10%, foi crescendo. Depois, alcançou o primeiro lugar. Houve, então, uma briga entre Tarso e Britto para ver quem ia para o segundo turno.

Britto até teve uma atitude da maior elegância, que lhe fico devendo, porque acho que é, nos momentos mais graves, que se mostram os grandes líderes. Quando sentiu que não tinha condições de ganhar, foi a um programa de televisão, reconheceu a derrota e recomendou aos seus amigos, aos seus companheiros e aos seus eleitores que votassem no Germano Rigotto.

Britto disse algo que considero interessante: ele disse que estava de acordo com a maioria da população

e que com o Governo do PT não dava para continuar. Disse que o Governo do PT tinha sido muito ruim e que o povo o repudiava. Disse Britto: quando eu comecei a campanha, em torno de 70% das pessoas diziam que o PT não era bom. Hoje os mesmos 70% continuam dizendo que o PT não era bom, só que a maioria, em vez de estar comigo, está com o Rigotto. Reconheço o fato com humildade e apóio o Rigotto.

No final, ganhou o Rigotto.

Estamos vendo agora a diferença entre o que o nosso querido Lula está fazendo e o que ele prometia. É grande a diferença entre querer e poder.

Pois o Rigotto fez um Governo paz e amor. Trouxe os partidos: PSDB, PDT, PTB, PP, PFL e outros e fez uma distribuição harmônica entre eles, distribuindo secretarias e cargos de uma maneira inteligente. Não há no Rio Grande do Sul um governo do PMDB, há uma coalizão de partidos.

Logo no início, muita gente do PMDB pediu ao Rigotto que abrisse as baterias contra o PT, pois ele estava pegando o Estado numa situação econômica dramática, quase impossível de governar. A transição, no entanto, foi tranqüila, pacífica e harmoniosa entre o Governo do Olívio Dutra e o nosso, mas os números eram muito ruins. A dívida que estava sendo recebida era imensa. Houve uma confusão no final.

O que está ocorrendo agora em nível de Brasil começou no Rio Grande do Sul, com uma Comissão Parlamentar de Inquérito discutindo o jogo do bicho. A mesma polêmica que estamos vivendo aqui, em torno do caso Waldomiro, foi a causa da confusão quando se iniciou no meu Estado a CPI do jogo do bicho.

As pessoas diziam para o Governador Rigotto fazer um levantamento da real situação do Estado para ir, depois, à televisão dizer em que condições recebeu verdadeiramente o Estado. Ele, no entanto, não o fez. Fez o levantamento da situação e só, agora, depois de mais de um ano, o publicou, em função das circunstâncias dramá-

ticas que está vivendo. Publicou seu levantamento, mas sem uma palavra de mágoa ao ex-Governador ou ao PT.

Quero ler a nota emitida pelo Governo do Estado, justo agora quando várias carreiras estão às vésperas de discutir e decidir aumentos salariais, principalmente a Magistratura, o magistério e as polícias civil e militar, que podem entrar ou não em greve.

Diz a nota:

“O Governo do Estado, diante das graves dificuldades enfrentadas pelo setor público gaúcho e levando em conta as reivindicações salariais que estão sendo feitas por entidades de servidores, entende imprescindível dirigir-se publicamente à sociedade gaúcha e ao funcionalismo estadual para ponderar o que segue:

1 – O setor público estadual enfrenta uma crise financeira de grandes proporções. Essas dificuldades não foram geradas pelo atual Governo. Assumimos a administração com o caixa único exaurido, com dívidas de curto prazo de quase R\$4,5 bilhões e com parte da arrecadação de 2003 antecipada pela administração anterior.

A persistência e a gravidade da crise financeira, além de reduzir drasticamente a capacidade de investimento, de provocar atrasos no pagamento a fornecedores e prestadores de serviço, também tem criado problemas para preservar rigorosamente em dia a folha de salários.

2 – Para enfrentar esse quadro de dificuldades, temos trabalhado sem descanso.

Uma de nossas prioridades tem sido a promoção do desenvolvimento e a geração de empregos, mediante atração de novos investimentos e apoio às empresas locais, sem que isso tenha provocado qualquer perda de receita para o Estado.

Inclusive será instalado na cidade de Rio Grande um estaleiro que será o maior do Brasil, e um segundo que virá. Isso ensejará a construção de grandes estaleiros em nível nacional. A GM duplicou sua fábrica, compensando, de certa forma, a perda da Ford.

Só para citar alguns dos grandes empreendimentos apresentados.

Na área financeira, onde encontramos os maiores desafios, temos tomado providências destinadas a atacar tanto problemas imediatos quanto os impasses estruturais.

Com relação às questões emergenciais, nosso compromisso primeiro é viabilizar o pagamento dos servidores. Este é o objetivo das tratativas que vimos fazendo junto ao Governo Federal para cobrar as compensações previdenciárias e os créditos que o Estado tem direito por conta de investimentos em estradas federais, ambos já reconhecidos pela União.

Com o mesmo propósito, desde o ano passado, estamos efetuando um rigoroso contingenciamento orçamentário e um estrito controle do fluxo de caixa, cuidando sempre para não comprometer a prestação de serviços essenciais nas áreas de segurança, saúde e educação”.

Senhor Presidente, com relação a essas compensações previdenciárias, que vêm sendo discutidas desde a Constituinte, é necessário fazer o encontro de contas entre União e Estado. Trate-se do caso dos funcionários públicos, que passaram, por exemplo, da União para o Estado, ou vice-versa, e que levaram de um órgão para outro as vantagens funcionais a que tinham direito. Nesse número dos que foram para o Estado, são R\$100 milhões que o Rio Grande do Sul tem a receber. O Paraná já recebeu a sua indenização. O atual Ministro da Previdência disse que poderia fazer isso em questão de meia dúzia de dias. Um ex-líder do Governo na Câmara fez uma declaração aos líderes de todas as bancadas dizendo que está resolvido o problema. Mas o dinheiro não sai. Infelizmente, não sei por que não sai.

Há outras questões importantes a salientar, como, por exemplo, a crise financeira vivida pelo Governo Sarney. O Governo Sarney não fez praticamente obra alguma no Rio Grande do Sul. Na ocasião, como o Esta-

do estava em condições, tinha dinheiro em caixa, fez um convênio com o Governo Sarney e pavimentou estradas federais, com o compromisso de que, posteriormente, a União repassaria para o Governo Estadual aquelas importâncias. E foi um trecho enorme da Estrada do Inferno, outro trecho enorme da Rota do Sol, uma quantia que hoje seria da ordem de cerca de R\$1 bilhão.

A reforma agrária é um dever do Governo Federal. O Governo do Estado não pode fazer nada. No entanto, quando eu era Governador, o PT, que tinha quatro deputados, vivia fazendo uma rebelião porque queriam aparecer. Eu disse para eles que o PT tinha a obrigação de me pagar uma prestação, no meu Governo, por aquilo que eles aprenderam comigo. Eles aprenderam a fazer política: como é, como não é. Fizeram errado e, depois, se arrependeram. Vieram pedir desculpas. Isso aí eles fizeram, e botaram os sem-terras na rua e em todos os lugares. E o Rio Grande do Sul esteve às vésperas de uma convulsão social. Eu vim aqui ao Governo Federal, que não tinha recursos. O Governo do Estado, que não deveria fazer reforma agrária, comprou as terras, pagando em dinheiro. Fez um apelo dramático a agricultores e proprietários, que as venderam por um preço razoável. Nós pagamos e entregamos nas mãos do Governo Federal, porque não podíamos fazer reforma agrária, não podíamos fazer distribuição. O Governo Federal fez, então, a distribuição e celebrou o convênio conosco, com o compromisso de que nos daria o dinheiro de volta. Até hoje, nada.

Então, não estamos pedindo caridade, mas aquilo que é nosso. Isso não tem de ser comparado com nenhum aspecto de outro estado, porque nós investimentos esse dinheiro.

O mesmo ocorreu com o pólo petroquímico. Havia uma luta pela distribuição do terceiro pólo petroquímico entre Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e o nosso Estado. Foi uma verdadeira guerra. Para ganhá-la, o Rio Grande do Sul se antecipou, e toda a área destinada à infra-estrutura do pólo e toda

a parte de controle à poluição, que é a mais importante e a que mais desafia a sociedade, e também a mais dispendiosa, o Estado pagou.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, gostaria de participar desse debate.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Estado pagou US\$250 milhões de dólares à época. Nunca se falou em pedir o dinheiro de volta, nunca se discutiu. Conseguimos esse dinheiro porque queríamos o pólo. No entanto, o Governo Federal privatizou o terceiro pólo produtivo, vendeu-o e pegou o dinheiro. Ora, se vendeu e pegou o dinheiro, dê a nossa parte, dê aquilo que o Rio Grande do Sul ali investiu.

O mesmo vale para a Aços Finos Piratini. O Rio Grande do Sul construiu com dinheiro de seu orçamento, dinheiro suado e sofrido, a Aços Finos Piratini. Pronta, a empresa entrou em execução, mas nós não tivemos condições de acabá-la. Fora construída em escala para produzir 450 mil toneladas, mas só produzia 180 mil. Portanto, era cara, era deficitária. Fizemos uma lei e entregamos a Aços Finos Piratini para o Governo Federal, que assumiu o compromisso de terminá-la. O que fez o Governo? Vendeu. Tudo bem, mas dê a nossa parte, aquilo que o Rio Grande do Sul ali colocou!

Com todo o prazer, ouço o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, esta Casa tem tido muitos pesares, dificuldades e humilhações, e abdicou do poder de legislar com a introdução das malandragens e picaretagens das medidas provisórias. E o povo está chamando as MPs de “malandragem de picaretas”, aqueles 300 picaretas de que o Lula falava. Mas, Senador Pedro Simon, esta Casa se engrandece com a sua presença. Todos nós brasileiros somos orgulhosos do Rio Grande do Sul e de seus homens. Das mulheres nem se fala; são as mais lindas, empatando com as do Piauí. Há aqueles homens todos, Borges Medeiros, Pinheiro Machado...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Houve um certo exagero.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...Alberto Pasqualini.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A rainha da festa de São Leopoldo foi visitar o Palácio e convidou o Presidente da República para ir à festa. Ela ocasionou, pela sua beleza, uma movimentação tão grande que houve um gesto realmente de fidalguia do Presidente, que disse: “Pena que V. S^a não fique por aqui”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Deixarei de falar em nomes tão expressivos, como Alberto Pasqualini, que V. Ex^a segue, e Getúlio Vargas. Nenhum deles excede a Pedro Simon. Quanto às mulheres, bastaria falar de Ieda Maria Vargas, que foi Miss Mundo. Mas V. Ex^a disse que se esqueceu do seu Governo. Não. V. Ex^a é um símbolo. No PMDB, quem lidera é Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, e entre os vivos é Pedro Simon. Não obedeco a nenhum. Não posso abdicar do direito de escolher meu líder, que sempre foi o Senador Pedro Simon. Tenho identidade com V. Ex^a e o acompanho. No seu Governo, V. Ex^a ensinou muito a este País. Foi o primeiro governante do Brasil a fundar uma secretaria de ciência e tecnologia – eu tinha uma secretaria de indústria e comércio, que virou um departamento. Olhai a visão: podem fazer o DNA do Mercosul; é Pedro Simon. Agora, o PMDB entrou na desgraça quando tinha o maior nome do Brasil: Pedro Simon.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a poderia ser Presidente. Explico por que Germano Rigotto ganhou. Ora, tendo um homem como V. Ex^a... O verdadeiro Napoleão francês disse que o francês é tímido, até preguiçoso, às vezes para tomar banho, mas quando tem um grande comandante, ele vale por cem e por mil. Tendo um comandante como Pedro Simon, eu ganharia para ser presidente do mundo. Então, Pedro Simon, os nossos aplausos e a nossa solicitação do MDB de verdade: assu-

ma a Liderança do nosso partido, não só no Rio Grande do Sul, mas neste Senado e no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a me emociona. Claro que vamos descontar 90% do que V. Ex^a falou pela nossa amizade e pelo carinho recíproco que temos.

Antes de V. Ex^a chegar aqui, fiz questão de conhecê-lo, pela fama. Não é por nada que um cidadão passa a ser conhecido como Mão Santa – um cidadão tem vários apelidos, é conhecido por vários nomes, o Zeca do PT, por exemplo. Mão Santa é algo que tem uma profundidade imensa, é um médico que, com suas mãos, não cobrando, realiza dezenas, centenas de cirurgias e faz com que o povo o admire por lhe ter restituído a saúde. Vi no seu Governo e vejo em V. Ex^a aqui o desejo de acertar dentro do PMDB e do Congresso Nacional.

Houve um erro grave do PT. V. Ex^a ajudou a eleger o Governador do PT, fez uma aliança com o PT. Quando aqui chegou, viu antes aquilo que agora está acontecendo, o que todos estão reconhecendo. V. Ex^a foi o primeiro a começar a falar, e advertia, chamando a atenção de que o caminho não estava certo. Dizia ser necessário buscar o Lula da campanha, o Lula com o qual andou no Piauí, das promessas, da simpatia. “É aquele Lula que quero, não este que está aí, fechado, com meia dúzia de pessoas em volta, com quem não se consegue falar.” V. Ex^a foi o primeiro.

Estou dizendo agora o que disse em um aparte a V. Ex^a naquela oportunidade: ao invés de os homens do PT buscarem pessoas como V. Ex^a para que Lula pudesse conversar, há aquele grupinho fechado no Palácio – o Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Militar, e outros chefes – impedindo que ele veja o mundo e que respire. O Presidente deveria ouvir pessoas como V. Ex^a, se tivesse oportunidade, e como V. Ex^a, muitos pelo Brasil afora. Se tivesse feito isso, teria sido diferente. Ao contrário, V. Ex^a foi afastado. Não sei se por meia dúzia de carguinhos, mas fizeram questão de isolar V. Ex^a.

O que pode um Presidente da República bem-intencionado? Como pode um governo cheio de boas intenções afastar um homem como Mão Santa, que só busca o bem e a verdade, e aproximar-se de pessoas de meu partido, cujos nomes não quero citar? Não vou citar, mas sabemos que em cada conselho há uma segunda intenção, que em cada orientação há a expectativa de uma nomeação.

Infelizmente, isso aconteceu. Talvez seja essa uma das causas de estarmos vivendo isso agora... Ainda é tempo. Ainda é tempo de o Presidente Lula chamar pessoas competentes – não digo eu, que seria vaidade demais, pois há pessoas dez vezes mais capazes e competentes do que eu. Está cheio de gente que gosta do Lula, que quer bem ao Lula, que votou no Lula, que quer que o Lula dê certo. Mas ele fica com determinadas pessoas ao seu redor...

Em qualquer crise, seja uma crise familiar entre marido e mulher, por exemplo, às vezes é necessário entrar um terceiro – o pai, a mãe, um primo, um tio –, para acalmar a situação e dizer: pare, vá devagar! Se isso não for feito, os dois não se acertam. Chegou-se a um momento em que houve uma perturbação. Às vezes, em uma empresa de família, dois irmãos se desentendem, um diz que o outro está roubando, entre outras coisas, e se não chega alguém para acalmar, pedir para irem devagar, os dois explodem e terminam até se matando.

No Governo ocorre o mesmo. Nesta altura, o Governo tinha de buscar o entendimento, o aconselhamento e a orientação no conjunto da sociedade. Eu era um dos que imaginava que o PT seria um Governo, como já houve na Espanha, de um entendimento generalizado, porque todo mundo era PT. Se nos reuníamos em uma universidade, as pessoas ali eram PT ou eram apaixonadas, fãs do PT. Se nos reuníamos com o empresariado, ou eram fãs do PT, ou eram entusiasmados pelo PT.

Ele poderia reunir a todos e fazer um Governo de primeiríssima qualidade, mas construiu um Ministério

de derrotados, com 19 cidadãos que perderam as eleições para Governo de Estado e para Senador da República.

O mérito dele no Ministério foi no primeiro dia de mandato, quando, na campanha dos 15 milhões, ele conseguiu o maior número de empregos: foram 16 empregos. De lá para cá, já não foi o mesmo.

Por isso agradeço a V. Ex^ã. Mas perdi o rumo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero que V. Ex^ã dê um rumo ao PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, com relação às questões emergenciais, diz o meu amigo Governador que o seu primeiro compromisso é viabilizar o pagamento dos servidores. E esse é o objetivo das tratativas que vimos fazendo junto ao Governo Federal para cobrar as compensações previdenciárias e os créditos a que o Estado tem direito por conta de investimentos em estradas federais, ambos já reconhecidos pela União.

Com o mesmo propósito, desde o ano passado, estamos efetuando um rigoroso contingenciamento orçamentário e um estrito controle do fluxo de caixa, cuidando sempre para não comprometer a prestação dos serviços essenciais nas áreas da segurança, saúde e educação.

No entanto, temos plena consciência de que o Estado vive uma crise histórica e estrutural e que lhe compete enfrentar as dificuldades com providências que sejam proporcionais à gravidade do problema com que estamos confrontados.

O Estado defende duas questões essenciais, Sr. Presidente, que vale para o nosso Estado e para muitos outros: em primeiro lugar, o ressarcimento das perdas tributárias sofridas pelo Estado por ocasião das desonerações das exportações. O Rio Grande do Sul é o segundo Estado exportador, só perde para São Paulo. E se formos considerar a relação entre exportação e número de habitantes, exportamos muito mais que São Paulo. No entan-

to, a exportação praticamente não paga o que o Estado deixa de receber. E triplicamos as nossas exportações. Não se paga ICMS, e não é só isso, para cada bilhão de reais que o Estado exporta, a União pega o valor a que tem direito e paga a parte nacional. Se ela tem de pagar, pega o bônus do que exportou, paga aqui e não paga o Estado. O Governo disse que vai terminar com isso. Mas o Rio Grande do Sul já perdeu R\$1,2 bilhão desde que o nosso Governador assumiu.

E a segunda, Sr. Presidente, é a revisão dos limites de comprometimento da receita com o pagamento da dívida com a União.

No ano passado, o impacto da desoneração representou uma perda aproximada de R\$1 bilhão nas receitas estaduais. Já pagamento da dívida pública consumiu R\$1,4 bilhão.

E vai para 18% do que arrecadamos pagando a dívida federal. Mas isso é o capitalismo, é o que tem de pior no mundo internacional, esmagando o pequeno produtor. É o Governo Federal cobrando do Estado um percentual que foi a 14%, 15%, 16%, 17%, 18%. O Piauí paga 16% do que arrecada de tributação para a União. Não é possível, Sr. Presidente! Não é possível! O Governo tem de sentar à mesa e entender que isso não é viável. Tem de fazer um arredondamento, lançar para frente essa dívida e diminuir dos 18% atuais para 10%, 9%, 8% ou até 7%. Essas são questões fundamentais, Sr. Presidente.

Peço a transcrição do resto do meu pronunciamento, uma parte, inclusive, dirigindo-me aos funcionários do Rio Grande do Sul.

Hoje, Porto Alegre completa 232 anos de existência. Porto Alegre, uma das cidades mais bonitas que temos, vive um dia importante hoje. Também hoje os professores realizam as suas célebres assembléias, com milhares e milhares de professores. Metade dos funcionários públicos do Rio Grande do Sul são professores! E eles vão decidir se entram ou não em greve.

Faço um apelo para que isso não aconteça. Em primeiro lugar, isso pode deixar o Governo do Estado em má situação. Além disso, eles não vão ganhar nada, pois o Governo não tem dinheiro para dar o que eles pedem. Se o Estado pudesse sentar e negociar com aquele dinheiro reservado para a construção de determinada estrada, seria muito bom. O problema é que não existe esse dinheiro.

Então, trata-se de uma greve cruel, que vai mexer com os alunos, com os professores, com o calendário escolar e tudo o mais. E o pior de tudo é que não se vai chegar à conclusão alguma.

Para terminar, gostaria de dar uma palavra aos meus irmãos da bancada do PT. Vi uma nota – e peço a sua transcrição também – que me deixou tremendamente preocupado:

Em reunião realizada em Brasília, a bancada federal gaúcha do PT decidiu colocar algumas condições para intermediar a liberação de recursos e renegociação da dívida do Estado.

Sinceramente, o PT não foi feliz em sua nota. A bancada do PT deveria estar unida à nossa, como durante os quatro anos do Governo Olívio Dutra. A esta altura, ela deveria estar solidária com o Rio Grande do Sul, apoiando a posição do seu Governo.

Quando eu era Governador do Rio Grande Sul, e o nosso amigo Alceu Collares era Prefeito de Porto Alegre. E assim como Fernando Henrique Cardoso terminou dando dinheiro para o Olívio Dutra terminar o seu governo e pagar o 13^o salário; o Sr. Alceu Collares também não tinha como pagar – nem o mês de janeiro e nem o 13^o salário. S. Ex^a veio falar comigo e eu determinei, em meio a todas as dificuldades de final de ano – e Alceu Collares recebeu o dinheiro e terminou saindo do governo em dia, pagando o 13^o e pagando o mês de janeiro. Assumi o seu sucessor, o Prefeito de Porto Alegre, e veio me procurar: “Governador, V. Ex^a deu o dinheiro para Collares, mas, na verdade, S. Ex^a me deixou

a zero no mês de janeiro, no mês de fevereiro e eu não tenho o que fazer”. E assim como eu fiz para o Sr. Alceu Collares, fiz com o Sr. Olívio Dutra: nos dois primeiros meses, Olívio Dutra pagou os servidores com o dinheiro do Estado. Fiz aquilo como uma obrigação, não mais que uma obrigação. Não exigi uma vírgula, não fiz um pedido, absolutamente nada, porque era a minha obrigação. Por isso, penso que a nota do PT não veio em boa hora.

O Partido dos Trabalhadores, com os problemas que vem sofrendo e tendo de contar com a ajuda do PMDB para que possa, realmente, fazer um Governo razoável, lançar uma nota com uma série de exigências.

Em primeiro lugar, não estamos pedindo caridade para o Governo Federal, estamos pedindo justiça. Em segundo lugar, o Governo Federal não pertence ao PT, pertence a todo o Brasil, pois o dinheiro é do Brasil. Por isso, levo daqui o meu abraço muito afetuoso ao meu Governador Germano Rigotto, levo o meu abraço ao Prefeito de Porto Alegre, que está fazendo uma belíssima administração neste final de governo pelo aniversário da sua cidade hoje, e levo um apelo aos professores, que tenham sensibilidade. Há momentos para tudo. Paguei os meus pecados quando Governador até a quinta geração por causa do PT e do Cpergs, que é um braço armado, fanático, do PT. Durante o Governo do Olívio Dutra, o Cpergs não levantou uma palha a não ser para apoiar o Governo, e agora, de repente, sem mais nem menos, numa hora dessas, resolve começar tudo de novo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DÍVIDAS DOS ESTADOS BRASILEIROS

(Pronunciamento em 28 de abril de 2004)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, dia 26 de abril passado se realizou, em Brasília, um Encontro de Governadores, em que o assunto principal foi a dívida de R\$271 bilhões que asfixia os estados e impede investimentos sociais e em infra-estrutura.

Não se trata de uma reedição da chamada “Política dos Governadores” – com a diferença de que, desta vez, o Governo Federal ficou de fora.

O que se conheceu na história do País como “Política dos Governadores”, surgiu no Governo do Presidente Campos Sales, no início do século passado, e marcou a história do País. Consistia num sistema de alianças entre as oligarquias estaduais, coronéis que chefiavam facções e o Governo Federal. Era fundada na troca de interesses e favores econômicos e políticos. Anulava os partidos e a cidadania.

Agora, no Brasil de 2004, os governadores se unem em torno de uma causa comum: uma nova relação com o Governo Federal, um novo pacto federativo com base no interesse maior do País e na governabilidade. A cidadania sai fortalecida.

A dívida dos estados, de fato, é insustentável.

O exemplo do Rio Grande do Sul é dramático. Tanto, que todos os poderes constituídos do Estado, Assembléia Legislativa, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas manifestaram, publicamente,

solidariedade com o Governo Estadual e com as bancadas gaúchas na Câmara dos Deputados e no Senado, nas questões junto ao Governo Federal. Documento dos poderes estaduais relaciona as seguintes reivindicações:

- revisão dos índices da renegociação da dívida do Estado, considerando, inclusive, os valores acrescidos com o Proes do Banco do Estado;

- reforma tributária que fortaleça o pacto federativo;

- compensação do ICMS diante do significativo aumento das exportações – Lei Kandir;

- ressarcimento dos valores investidos pelo Estado em estradas federais;

- compensação dos créditos previdenciários recolhidos ao INSS.

Essa manifestação demonstra que o Rio Grande do Sul está unido em torno dessa questão.

De fato, em dez anos, a dívida do Rio Grande do Sul cresceu seis vezes, enquanto a arrecadação aumentou apenas quatro vezes. Em 1994, era de R\$4,3 bilhões; em dezembro de 2003, estava em R\$26,4 bilhões; e, no final deste ano de 2004 chegará a R\$29,1 bilhões. Essa evolução acontecerá de forma inexorável, independente de o Estado consumir até 18% de sua arrecadação com o serviço da dívida. Até dezembro, pagaremos em juros à União R\$1,647 bilhão.

O mesmo acontece com os demais entes federados. A dívida total dos estados passou de R\$185 bilhões, no ano de 2000, para R\$293 bilhões no final de 2003. Só no ano passado, os estados transferiram R\$20 bilhões para os cofres da União, em juros.

Trata-se de uma situação que exige, além de renegociação da dívida, uma discussão mais ampla sobre um novo pacto federativo entre União, Estados e Municípios. A União centraliza recursos da carga tributária em Brasília de uma forma nunca vista na história.

Conforme números da Receita Federal, cerca de 72% de tudo o que se arrecada no País está concentrado

na União. Sobram menos de 30% para dividir entre estados e municípios que ainda arcam com os custos de responsabilidades e serviços, como manutenção de estradas federais que antes eram da alçada federal.

A escassez de recursos acaba por estimular a guerra fiscal entre os estados como instrumento de atração de investimentos. Nosso pacto federativo atual está baseado na competição entre as unidades da federação, quando deveria sentar suas bases na cooperação. Atualmente, estados e municípios estão reduzidos à condição de dependentes do Governo Federal e brigam entre si pelos escassos investimentos disponíveis.

A dívida dos estados é histórica. Conforme estudo que solicitei à Consultoria Técnica do Senado, os problemas fiscais dos estados e Distrito Federal agravaram-se especialmente após a implementação do Plano Real, com a política monetária restritiva adotada pelo Governo Federal e o fim da receita originária do chamado ‘imposto inflacionário’.

Os estados passaram a enfrentar, então, uma séria crise de financiamento, já que o mercado passou a exigir taxas de juros cada vez mais elevadas para aceitar os títulos estaduais, obrigando o Banco Central a intervir, realizando operações de troca dos referidos títulos por Letras do Banco Central – Especial. O objetivo da autoridade monetária era diminuir o custo de rolagem das dívidas estaduais e evitar a provável “quebra” de alguns estados.

A partir de 1997, a União assinou protocolos ou contratos de refinanciamento com quase todas as unidades da Federação, entre elas o Rio Grande do Sul. Por meio da Medida Provisória nº 1.560, depois convertida na Lei nº 9.496, o Governo Federal autorizou a consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública de responsabilidade dos estados e Distrito Federal.

Na época, essa reestruturação foi considerada razoável e satisfatória para os estados, que trocaram uma

dívida financeira impagável – de curto prazo e taxas de juros de mercado – por uma dívida contratual de 30 anos e taxa de juros fixa. Os contratos assinados com 25 Estados – apenas Tocantins e Amapá não o fizeram – estabeleceram percentuais de 11,5% a 13% da receita Líquida Real dos Estados, definida como a receita realizada nos doze meses anteriores, excluídas as receitas de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas, bem como as transferências legais e constitucionais a municípios.

Para o refinanciamento da dívida, a União exigiu dos estados o estabelecimento de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal, em que se propõem a alcançar metas ou compromissos relativos a:

- relação dívida financeira / receita líquida real;
- resultado primário;
- despesas com funcionalismo público;
- receitas de arrecadação própria;
- reforma do Estado e/ou alienação de ativos;
- despesas com investimento.

Embora o refinanciamento da dívida fosse considerado, à época, favorável para os estados, a situação evoluiu de forma imprevista até que chegamos ao cenário atual.

A paralisação da economia e a conseqüente queda na arrecadação não permitem a geração de recursos para que os compromissos continuem sendo honrados.

Além disso, a realidade de crise social em que está mergulhado o País, exige mais investimentos sociais e em infra-estrutura por parte dos Governos Estaduais.

Nesse quadro, surge a necessidade de flexibilização das condições do refinanciamento, de forma a viabilizar a disponibilidade de mais recursos para possibilitar o atendimento de uma demanda social crescente e preocupante. Tanto, que não seria exagero dizer que o Brasil se encontra à beira de uma ruptura no tecido social.

Essa é a situação a que chegamos e está a merecer uma urgente renegociação.

Esse foi um dos pontos principais do Documento dos Governadores que manifestaram posição favorável à revisão do conceito adotado pela União para definir receita líquida real dos estados. Um dos meios de alterar essa interpretação rígida da União seria excluir os investimentos recursos da educação, saúde e fundo de combate à pobreza. Pretendo apresentar, no Senado, projeto de lei nesse sentido.

Senhoras e Senhores, da reunião dos governadores saiu o seguinte documento que passo a ler para conhecimento desta Casa.

Reivindicações:

1 – A dimensão e características do Brasil exigem que o desenvolvimento tenha uma forte visão regional e local, com a insubstituível participação dos estados e municípios. Os governadores opõem-se firmemente à continuada supressão de receitas dos entes federados.

2 – Adoção de medidas urgentes que envolvam os estados e os municípios na retomada do desenvolvimento econômico, o investimento em habitação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura, fundamentais à geração de emprego e de renda.

3 – Recomposição das receitas estaduais e municipais que ao longo dos últimos governos se deterioraram, a saber: as receitas compartilhadas com os estados – IPI, IR – caíram de 80% para 40% da arrecadação total da União, enquanto as receitas não compartilhadas subiram de 20% para 60%, levando à maior concentração de receitas da história republicana, agravada pela interpretação vigente no que diz respeito ao conceito da receita líquida real. Este assunto será aprofundado em futura reunião com o Presidente.

4 – Fundo de compensação das exportações: cumprimento do acordo assumido pelo Governo Federal com os Governadores, quando das discussões das reformas previdenciária e tributária, no sentido de elevar para R\$8,5 bilhões, em 2004, o montante disponível nos

fundos de compensação das exportações que deveria ter sido pago mensalmente a partir de janeiro deste ano.

5 – Fundo de desenvolvimento regional: viabilização integral e efetiva do fundo de desenvolvimento regional no semi-árido, Norte, Nordeste conforme redação aprovada no Senado.

6 – Segurança pública e sistema penitenciário: os Governadores consideram que os recursos dos fundos de segurança pública e penitenciário não devem ser objeto de contingenciamento, face à gravidade da matéria, sendo transferidos automaticamente aos Estados por critérios a serem estabelecidos pelo Governo Federal.

7 – Fundef: busca de solução para o passivo acumulado com os Estados e estabelecimento de novas regras para o financiamento da educação básica.

8 – Pasesp: defesa do conceito de imunidade recíproca entre União, estados e municípios, instrumento estimulador da retomada da capacidade de investimento.

Esse é o Documento dos Governadores, que foi encaminhado ao Governo Federal. Esperamos que o profundo sentido desse encontro seja compreendido em sua real dimensão, e que o Governo se disponha a renegociar a dívida dos estados que, repito, vivem uma situação aflitiva que se agrava a cada dia, comprometendo o futuro da própria Federação.

Afinal, se até mesmo o FMI, cuja rigidez nos controles que exerce sobre as economias de países em desenvolvimento é bem conhecido, está aceitando flexibilizar as condições impostas em seus contratos, o mesmo comportamento realista pode ser adotado com referência à dívida dos estados com a União.

Era o que tinha a dizer, destacando, mais uma vez, que a Reunião dos Governadores foi, na verdade, um encontro a favor do Brasil e do povo.

Muito obrigado.

ESTIAGEM NA REGIÃO SUL

(Pronunciamento em 4 de maio de 2004)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, aqui estou para chamar a atenção do País para o grave problema econômico e social que aflige agricultores e pecuaristas em quatro estados brasileiros da região Sul, em função de uma prolongada estiagem e conseqüente perda de safras.

Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul vivem o drama da seca e amargam graves prejuízos no campo. Prejuízos já consolidados para diversas culturas: soja, feijão, arroz, milho, hortigranjeiros e criações. Um triste quadro que as escassas chuvas ocorridas não conseguiram reverter.

Desesperados, milhares de pequenos produtores e suas famílias ocuparam e bloquearam estradas na tentativa de alertar as autoridades para a situação. No Rio Grande do Sul, 382 municípios decretaram situação de emergência, representando cerca de 77% dos 497 municípios do estado. O total de atingidos nos quatro estados chega a 536 municípios.

O Governador Germano Rigotto, mesmo num quadro de dificuldades financeiras, decidiu liberar mais R\$3 milhões para o Programa RS Rural e vai buscar mais recursos junto ao Banco Mundial, financiador do programa. Registre-se, aliás, que o governo estadual recebeu o Programa RS Rural com uma dívida de R\$38 milhões, compromisso que foi renegociado com o Banco Mundial.

Outro mecanismo que deverá ser acionado pelo governo do estado é o Seguro Agrícola Subsidiado do

Milho, que protege agricultores familiares dos prejuízos causados pelas variações climáticas, entre elas a seca e o granizo. Estão cobertos por esse seguro os agricultores participantes do Programa Troca-Troca de Sementes.

Da parte do Governo Federal, algumas medidas paliativas de emergência foram anunciadas pelo Ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, na quinta-feira passada. Foram prometidos R\$20 milhões para socorrer os produtores dos quatro estados.

Recursos considerados insuficientes, pois o acesso do produtor à ajuda federal de emergência foi limitado apenas àqueles que perderam mais de 50% da safra. Conforme dados do Movimento dos Pequenos Agricultores, apenas 64 mil famílias serão beneficiadas, num universo de trezentas mil em dificuldades. Além disso, esse dinheiro ainda não saiu dos cofres do Tesouro Federal.

O Governo anunciou, ainda, um novo aumento de R\$150,00 no financiamento do custeio da safra, anteriormente estipulado em R\$500,00; e um projeto de seguro-renda e seguro-agrícola, que ainda será discutido e detalhado.

São medidas tímidas que pouco representam em termos de ajuda efetiva.

Na realidade, estamos assistindo a um roteiro há muito conhecido. O Governo Federal está acostumado a atuar somente sobre as conseqüências, “correndo atrás da máquina”, quando deveria definir uma política preventiva, com programas ágeis e eficazes de assistência em situações de crise.

Venho falando sobre esse tema da agricultura há muito tempo. E destaco, mais uma vez, que está tramitando na Casa um projeto de criação de uma Comissão Permanente da Agricultura, pois o setor assume importância cada vez maior no Brasil moderno. É o Projeto de Resolução do Senado nº 25/95, que está sendo analisado na Comissão de Constituição e Justiça.

Outra proposta minha para o setor, o Projeto de Lei nº 126/98, define uma Política Agrícola para o País e estabelece a concessão de crédito rural diferenciado aos

agricultores familiares e aos produtores assentados em áreas de reforma agrária. O tratamento favorecido exige, no entanto, uma retribuição à sociedade. O produtor familiar será favorecido na medida em que melhorar seu desempenho em termos de produção de alimentos, proteção ao meio ambiente e geração de empregos.

Na realidade, minha proposta inova ao transformar em lei o atual programa da agricultura familiar, o Pronaf. Como está hoje, na condição de um programa a ser executado pelo Governo, pode variar de acordo com as circunstâncias enfrentadas pelo Tesouro. Transformado em lei, passar a ter aplicação obrigatória.

É uma medida oportuna porque embora a Lei nº 8.171/91 assegure o benefício apenas aos assentados em projetos de reforma agrária, os agricultores familiares ficam à mercê do Poder Executivo para receber os financiamentos por meio do Pronaf. O projeto foi aprovado no Senado e aguarda avaliação da Câmara dos Deputados.

Na verdade, o País ainda não tem um verdadeiro seguro agrícola digno do nome. Precisamos estabelecer uma forma de seguro agrícola capaz de atender à demanda e garantir condições para que o produtor possa trabalhar com tranqüilidade. Considero que este pode ser o primeiro tema a ser debatido numa futura Comissão de Agricultura do Senado.

O Brasil precisa de uma política ampla para a agricultura, que beneficie desde a familiar de subsistência – que tem grande alcance social – até aquelas voltadas para a exportação, setor que vai muito bem, obrigado, com acesso à assistência e crédito e é responsável pela maior parte das divisas geradas pelo setor exportador da economia nacional.

Está na hora da sociedade debater em profundidade e nos quadros de um planejamento de longo prazo, o que pretende em termos estratégicos com a política agrícola, a segurança alimentar e a reforma agrária. São problemas que ainda precisam ser enfrentados com coragem, ousadia e criatividade.

Situações como a da seca no Sul podem deixar admirados muitos quantos se acostumaram a ver e ouvir falar da seca no Nordeste. O empobrecimento da região Sul, especialmente a metade sul do Rio Grande do Sul, é um fato que, já em 1960, foi denunciado pelo jornalista Franklin de Oliveira, em obra memorável: “Nordestização do Rio Grande do Sul”.

Como observamos, não se trata de um problema novo. Com referência à estiagem no Sul, há tempos as lideranças do setor já alertavam para a possibilidade de quebra de safras e prejuízos aos produtores e criadores. Mas a ajuda federal veio somente quando a crise estourou nas ruas, com bloqueios de estradas e intervenção de tropas da Polícia Militar.

Esse é o quadro para o qual solicito ação efetiva e imediata da União.

Para ilustrar a gravidade da situação, solicito à Mesa a inscrição dos anexos que apresento, com dados da Emater/RS:

“Os dados da Emater/RS-Ascar indicam, para a soja, uma produtividade média de 1.383 quilos por hectare, o que determina uma produção estimada em 5,4 milhões de toneladas. Esses números são, respectivamente, 38,48% e 36,86% menores do que os previstos no início da safra. Em relação à safra passada, a redução é de 48,14% na produtividade e 43,75% na produção, com diminuição de 4,1 milhões de toneladas de soja. A oleaginosa já foi colhida em 55% das lavouras, que ocupam uma área total de 3,9 milhões de hectares.

Para o milho, a Emater/RS-Ascar indica uma produtividade média de 2.947 quilos por hectare, projetando uma produção total de 3,97 milhões de toneladas. A redução em relação à estimativa inicial é de 21,75% e 21,55%, respectivamente. Sobre a safra passada, a diminuição é de 23,14% e 26,86%, o que significa a produção de 1,5 milhão de toneladas a menos. A colheita do grão já atinge 54% da área de 1,347 milhão de hectares.

Feijão e arroz

Na segunda safra do feijão, a produtividade estimada é de 385 quilos por hectare, com produção de 13.443 toneladas, redução de 59,39% e de 62,08%, respectivamente, em relação à estimativa inicial. Com relação à safra passada, a diminuição é de 63,51% na produtividade e de 66,62% na produção.

Os técnicos da Emater/RS-Ascar dizem que a segunda safra do feijão destina-se, em grande parte, à subsistência familiar e à reserva de sementes na pequena propriedade. Por isso, para a safra seguinte, estima-se que haverá grande dificuldade para os pequenos agricultores trabalharem com tranquilidade, pois, além da frustração da safrinha, a qualidade dos grãos não é considerada muito boa, podendo aumentar os problemas de germinação na próxima safra. A colheita já foi realizada em 26% da área de 35 mil hectares.

Já a cultura do arroz segue beneficiada com o tempo seco, aumentando diariamente o percentual de área colhida. Neste sentido, o índice já alcança os 80%, com produtividades bem acima das verificadas na safra passada. A produtividade deverá ficar muito próxima dos seis mil quilos por hectare, o que projetaria uma produção total entre 5,8 e seis milhões de toneladas. Com a manutenção do atual quadro climático, a colheita deverá ser concluída em poucos dias.

Hortigranjeiros

A estiagem tem dificultado o abastecimento de hortigranjeiros no interior do Rio Grande do Sul. As oleícolas folhosas são as que mais têm sido prejudicadas com a falta de água, a grande insolação e as altas temperaturas que vêm ocorrendo desde o início do ano. A oferta é baixa, com grande redução em todos os níveis de mercados.

A colheita das variedades precoces de laranjas e bergamotas já se encontra adiantada no Vale do Caí. Cerca de 30% da variedade de bergamota Satsuma e 20% da laranja do céu Gaúcha já estão colhidas. A falta de chuvas também está afetando a produção de citros

e determinando um desenvolvimento mais lento, o que deverá ocasionar atraso na maturação e produção de um fruto de tamanho menor.

A estiagem prejudicou, também, o tamanho das maçãs na variedade Gala, que acabou de ser colhida na Serra. A variedade Fuji, que também apresenta fruto menor, já tem 50% da safra colhida e em comercialização. O mercado não está aceitando frutos de tamanho muito pequeno, que deverão ser entregues às indústrias para processamento.

Criações

A estiagem prolongada estagnou o crescimento dos campos e das pastagens de verão e continua impedindo o plantio das forrageiras de inverno. As chuvas ocorridas foram insuficientes para modificar o atual quadro de estiagem. A falta de pasto e de água para consumo dos animais agrava-se cada vez mais, provocando a perda de peso do rebanho bovino.

Os pecuaristas costumam, nesta época, desmamar os terneiros, mas as condições são adversas, pois os campos estão secos e as pastagens de inverno sequer foram plantadas. No entanto, a não-realização do desmame comprometerá ainda mais a condição corporal dos ventres, podendo, inclusive, resultar em aumento da mortalidade no inverno.

Resta a alternativa de fornecer algum tipo de concentrado no cocho, mas essa prática não está ao alcance da maioria e certamente vai reduzir ainda mais as já escassas margens de lucro.

Para atenuar a dificuldade de alimentação do gado de leite, os criadores estão buscando alternativas de suplementação. Aqueles que dispõem de silagem estão antecipando o seu uso, o que gera preocupação pela possível falta nos meses críticos do inverno. O volume de leite produzido, comparativamente à média do período em outros anos, continua com severa redução, chegando, em média, a 40%, no Estado.

Comparação das estimativas de área, produção e produtividade no RS

Safra 2004

Milho

DADOS PRELIMINARES

Pesquisados em torno de 60% da área total estimada para o Estado.

- Produtividade atual estimada: 2.947kg/ha
- Variação em relação à safra passada (3.834kg/ha): -23,14%

- Variação em relação à estimativa inicial (3.766kg/ha): - 21,75%

- Variação em relação à média dos últimos cinco anos (3.057kg/

 - ha): -3,60%

- Produção atual estimada: 3.970.163 toneladas

- Variação em relação à safra passada (5.428.243t): -26,86%

- Variação em relação à estimativa inicial (5.060.649t): -21,55%

- Variação em relação à média dos últimos cinco anos (4.512.978t):.

 - 12,03%

- Área atual estimada: 1.347.188 hectares

- Variação em relação à safra passada (1.417.377ha): -4,95%

- Variação em relação à estimativa inicial (1.343.773ha): +0,25%

- Variação em relação à média dos últimos cinco anos

 - (1.516.272ha): -11,15%

Soja

DADOS PRELIMINARES

- Pesquisados em torno de 69% da área total estimada para o Estado.

- Produtividade atual estimada: 1.383kg/ha

- Variação em relação à safra passada (2.667kg/ha): -48,14%

- Variação em relação à estimativa inicial (2.248kg/ha): -38,48%
- Variação em relação à média dos últimos cinco anos (1.953kg/ha): -29,19%
- Produção atual estimada: 5.388.593 toneladas
- Variação em relação à safra passada (9.579.293t): -43,75%
- Variação em relação à estimativa inicial (8.534.172t): -36,86%
- Variação em relação à média dos últimos cinco anos (6.275.699t):
 - 14,14%
- Área atual estimada: 3.896.307 hectares
- Variação em relação à safra passada (3.592.026ha): +8,47%
- Variação em relação à estimativa inicial (3.796.340ha): +2,63%
- Variação em relação à média dos últimos cinco anos (3.190.882 ha) : +22,11%

Feijão 2ª safra

DADOS PRELIMINARES

- Pesquisados em torno de 48% da área total estimada para o Estado
- Produtividade atual estimada: 385kg/ha
 - Variação em relação à safra passada (1.055kg/ha): -63,51%
 - Variação em relação à estimativa inicial (948kg/ha): -59,39%
 - Variação em relação à média dos últimos 5 anos (786kg/ha):
 - 51,02%
 - Produção atual estimada: 13.443 toneladas
 - Variação em relação à safra passada (40.276 t): -66,62%
 - Variação em relação à estimativa inicial (35.449 t): -62,08%

- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (40.784 t.): -67,04%
- Área atual estimada: 34.917 hectares
- Variação em relação à safra passada (38.229ha): -8,66%
- Variação em relação à estimativa inicial (37.394ha): -6,62%
- Variação em relação à média dos últimos cinco anos (40.958ha): -14,75%

Feijão 2ª safra – Variação da Produtividade (kg/ha) por Região Administrativa da Emater/RS

Região	Expectativa atual	Expectativa inicial	Variação %
Bagé	SI	SI	SI
Caxias do Sul	720	1.200	- 40,00
Estrela	388	600	- 35,33
Passo Fundo	327	1.106	- 70,43
Pelotas	145	1.200	- 87,92
Porto Alegre	480	900	- 46,67
Santa Maria	454	981	- 53,72
Santa Rosa	540	600	- 10,00
Erechim	349	991	- 64,78
Ijuí	SI	SI	SI
Estado	385	948	- 59,39

Milho –Variação da Produtividade (kg/ha)
por Região Administrativa da Emater/RS

Região	Expectati- va atual	Expectati- va atual	Varição %
Bagé	1.256	2.533	- 50,41
Caxias do Sul	3.479	4.750	- 26,76
Estrela	2.099	3.401	- 38,28
Passo Fundo	3.936	4.501	- 12,55
Pelotas	1.387	2.569	- 46,01
Porto Alegre	1.903	2.341	- 18,71
Santa Maria	1.358	2.912	- 53,37
Santa Rosa	2.745	2.899	- 5,31
Erechim	4.014	4.632	- 13,34
Ijuí	3.381	4.040	- 16,31
Estado	2.947	3.766	- 21,75

Soja – Variação da Produtividade (kg/ha) por
Região Administrativa da Emater/RS

Região	Expectati- va atual	Expectati- va atual	Varição %
Bagé	1.261	2.031	- 37,91
Caxias do Sul	1.841	2.439	- 24,52
Estrela	1.187	1.938	- 38,75
Passo Fundo	1.665	2.466	- 32,48
Pelotas	1.307	1.876	- 30,33
Porto Alegre	-	-	-
Santa Maria	1.143	2.175	- 47,45
Santa Rosa	801	1.956	- 59,05
Erechim	1.687	2.569	- 34,33
Ijuí	1.487	2.224	- 33,37
Estado	1.383	2.248	- 38,48

Fonte: Ascar-Emater/RS

GPL – NIC

14 de abril de 2004

REIVINDICAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DO SUL

(Pronunciamento em 26 de maio de 2004)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a escassez de crédito, os juros altos, a falta de investimentos públicos em infra-estrutura e a excessiva carga tributária sobre a produção aumentam o Custo Brasil, reduzem a capacidade empresarial e impedem a geração de renda e empregos.

Esse cenário foi apresentado, em Brasília, a deputados e senadores dos três Estados do Sul do País – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, durante reunião promovida pelas respectivas federações industriais – Fiep, Fiesc e Fiergs, esta presidida com bravura pelo empresário Renan Proença –, dia 19 de maio na Conferência Nacional da Indústria.

Alguns números sobre a presença da região no panorama nacional:

15% da população do País

18% do Produto Interno Bruto nacional

30% das indústrias brasileiras

28% dos empregos industriais

US\$20 bilhões do saldo da balança comercial do Brasil

12% do Orçamento Geral da União

Em que pese a importância política, social e econômica dos três estados do Sul do País, os empresários identificam um verdadeiro colapso nas condições da infra-estrutura da região. A situação é consequência direta

da pouca participação nos recursos da União, e acarreta perda na competitividade das empresas.

O diagnóstico apresentado não deixa dúvidas:

- colapso na infra-estrutura portuária, rodoviária e aérea, com necessidade de investimentos para ampliação e modernização;

- concorrência desleal com empresas de outras regiões que recebem gás natural com preços mais baixos;

- colapso no saneamento básico;

- necessidade de modernização e ampliação da infra-estrutura ferroviária, com implantação do Corredor Leste-Oeste, ligação dos portos com a malha ferroviária principal e viabilização do transporte intermodal de cargas.

Em estudo detalhado e bem fundamentado encaminhado aos congressistas, denominado “Agenda Legislativa da Indústria”, as entidades representativas do empresariado do Sul do País alinham as prioridades do setor.

Prioridades essas que estão “concentradas nas conclusões do ciclo de reformas constitucionais – tributária, previdenciária e trabalhista – e em um conjunto de proposições legislativas que gerem novas regras para a operação das empresas, afetem positivamente a sua competitividade e concorram para a criação de condições para o crescimento”.

1 – Propostas em tramitação no Legislativo que afetam a atividade industrial brasileira e exigem a atenção dos parlamentares:

- nova Lei de Falências: que institui a recuperação judicial de empresas;

- política nacional de biossegurança;

- gerenciamento de recursos hídricos;

- terceirização;

- Parceria Público-Privada;

2 – Políticas públicas capazes de proporcionar condições objetivas para o crescimento:

- desoneração dos investimentos e das exportações;
- modernização do sistema de relações do trabalho;
- redução dos spreads bancários;
- melhorias das condições gerais de crédito da economia;
- definição do papel das agências reguladoras;

Regras claras na área de meio ambiente: Política Nacional de Resíduos Sólidos; disciplinamento do uso da Mata Atlântica; e mudança no Código Florestal.

Essas são, em síntese, as propostas em debate no Congresso Nacional, que afetam negativamente a atividade empresarial e exigem tratamento prioritário.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a falta de uma política industrial voltada para a recuperação e fortalecimento de um mercado interno, capaz de dinamizar a economia e atrair investimentos produtivos é uma das faces de uma questão mais ampla.

A opção por uma política econômica restritiva e dependente dos capitais externos especulativos paralisa a economia nacional e traz conseqüências negativas para toda a sociedade.

A esse quadro vem-se somar o impacto asfíxiante da dívida dos estados, drenando para os cofres da União os recursos que poderiam ser aplicados em infra-estrutura e em programas sociais. Investimentos e políticas públicas que poderiam criar as condições e o ambiente propícios para atrair capitais produtivos nacionais e estrangeiros.

No entanto, não apenas as empresas nacionais enfrentam dificuldades para captar recursos e investir. Estados e municípios também vivem à míngua. Dependem da boa vontade do Governo Federal que, sem projeto próprio para o País, segue observando com zelo exagerado apenas o ajuste fiscal e o pagamento dos altos juros das dívidas interna e externa.

O País precisa debater – e com urgência – um projeto nacional que privilegie a produção e o mercado

interno; e um novo pacto federativo. Uma nova relação entre União, estados e municípios, com a descentralização político-administrativa da União. Nesse processo, os principais beneficiados seriam os municípios.

É uma reivindicação justa. Afinal, como gostava de dizer nosso saudoso Líder e Presidente do PMDB o Deputado Ulysses Guimarães: “As pessoas não moram na União. Elas nascem, vivem e descansam nos municípios, nas suas cidades”.

A partir da Constituição de 1988, quando se corrigiu distorções ainda piores nesse relacionamento, a União vem repassando aos demais entes federados uma série de obrigações, sem a devida contrapartida em recursos para que os tesouros estaduais e municipais possam se encarregar dessas novas responsabilidades. Esse fator, somado à dívida histórica dos estados, fragiliza as economias regionais e impede seu crescimento.

Portanto, a urgência de um novo pacto federativo no País, baseado na cooperação e não na competição entre os entes federados. É preciso evitar a todo custo a continuação da perniciosa guerra fiscal entre unidades da Federação para atrair investimentos.

Os estados vivem hoje uma crise financeira sem precedentes, resultado do crescimento vegetativo da dívida com a União, retração da economia e juros altos. O Rio Grande do Sul, por exemplo, entrega aos cofres federais cerca de 18% de tudo o que arrecada mensalmente.

Mesmo assim, a dívida cresce e deve chegar a R\$29,1 bilhões até o final do ano. Mesmo pagando, no período, cerca de R\$1,6 bilhão em juros à União.

Outros estados vivem situação até pior. Trata-se de uma questão nacional que precisa ser enfrentada com coragem e criatividade.

O processo de endividamento dos estados começou em 1975, a partir da edição da Resolução nº 93, do Senado. Mas, já na década de 80, os estados viviam novo desequilíbrio financeiro, provocado pela recessão econômica.

Nos anos 90, aumentou o endividamento em consequência da falta de alternativas de financiamento.

A reestruturação ou federalização da dívida veio em 1998. De lá para cá, a renegociação trouxe alívio aos cofres estaduais. Mas o processo de alta acelerada dos juros produziu novo desequilíbrio, gerando uma situação que se agravou com a estagnação da economia e queda brutal nas receitas estaduais.

Temos aí, em brevíssimas palavras, um quadro aflitivo que exige uma renegociação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estes assuntos que trouxe hoje à reflexão, a questão da indústria nacional, sem apoio para crescer e gerar emprego e renda, e a dívida dos estados estão intimamente ligados. As dificuldades que vivem as empresas brasileiras – não apenas as da região Sul – devem-se à escassez de crédito e aos juros altos.

De olho na dança dos indicadores financeiros, esquecemos a economia real. O País não tem uma política industrial e não investe na produção; descarta o mercado interno e volta-se à condição de colônia, exportando matéria-prima e grãos.

Nossa vulnerabilidade externa e dependência do capital especulativo internacional é trágica. Sem desatar esse nó não vamos a parte alguma. Por isso, meus apelos insistentes para que o Presidente da República convoque as forças vivas da Nação – partidos, igrejas, universidades, trabalhadores e empresários – para um compromisso nacional em torno de um ponto: a renegociação da dívida externa. Não é possível que continuemos a pagar bilhões de dólares em juros.

No ano passado, pagamos cerca de R\$150 bilhões. Um terço desse dinheiro resolveria o problema da fome no Brasil, por exemplo, tirando o País da triste condição de pior distribuição de renda do mundo. Um país em que o povo vai mal, mesmo quando a economia vai bem.

De pouco adiantará novas leis e regulamentos, por mais inovadoras que sejam, se a questão essencial,

que é a política econômica dependente não for alterada. O Brasil precisa investir em infra-estrutura e na área social. Não é aceitável que o Governo gaste mais na compra de um avião novo do que em programas sociais. Não esqueçamos que 30 milhões de brasileiros vivem na miséria e passam fome; são excluídos de qualquer benefício social.

Quero finalizar, cumprimentando as federações industriais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além da Confederação Nacional da Indústria, pela iniciativa de fazer chegar aos parlamentares da região Sul suas preocupações e propostas no sentido de gerar renda e empregos. Na verdade, a indústria nacional espera há muito tempo um melhor tratamento do Governo e do Parlamento.

Muito obrigado.

EM DEFESA DA COMPANHIA DE PETRÓLEO IPIRANGA

(Pronunciamento em 7 de junho de 2004)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, neste cenário nacional em que nos encontramos, existem estatísticas aparentemente favoráveis na política macroeconômica – e vejo, com muita simpatia, os discursos aqui proferidos pela nobre Líder do PT e pelo ilustre Senador que me antecedeu, Ramez Tebet. Foram discursos bem elaborados, que demonstram que a equipe de divulgação começou a funcionar muito bem, depois da reunião em que o Presidente da República exigiu que os Ministérios divulgassem mais suas realizações. Nessa ocasião, Sua Excelência também criticou os Ministérios que afirmam que não têm dinheiro, mas, segundo o Presidente Lula, não gastam nem 10% do dinheiro disponível. Se os relatórios apresentados pela Líder e pelo Senador mostram tanta coisa feita com 1% do Orçamento, imaginem quando os Ministros passarem a se utilizar de todo o montante destinado a S. Ex^{as}. Considero muito boa a decisão de, a partir de agora, vermos as realizações no papel, e será melhor ainda quando forem obras concretas.

Pois bem, retomando a leitura, as notícias de que as coisas vão bem se contrapõem com dados que revelam as dificuldades em que se encontra o setor produtivo nacional.

Um exemplo que trago à reflexão da Casa de empresa saudável que enfrenta dificuldades é o da Companhia de Petróleo Ipiranga. Fundada no Rio Grande do Sul na década de 30, a empresa é motivo de orgulho para

o Brasil. Assim como a Varig foi pioneira na aviação, a Ipiranga foi pioneira no refinamento do petróleo.

Exatamente na cidade de Rio Grande, não em São Paulo ou outro lugar, é que foi nascer a companhia que, durante muito tempo, vem operando com desempenho excepcional, embora proibida de se desenvolver. Desde a criação do monopólio do petróleo e a criação da Petrobras, teve de usar o dinheiro, as verbas e seus lucros em uma infinidade de outras realizações, como hotéis, porque foi impedida de crescer e de se desenvolver ainda mais.

De forma geral, a indústria nacional se queixa da escassez da oferta de crédito para investimentos, dos juros altos, da falta de incentivo, dos problemas gerados por uma burocracia ineficiente e das imperfeições da legislação. Praticamente todos os setores da indústria se debatem com problemas dessa ordem.

No caso da Ipiranga, a dificuldade está ligada ao mercado internacional do petróleo. O alto preço a que chegou o barril de óleo, com impacto estrondoso na economia da empresa, é apenas parte do problema.

O outro aspecto se refere a uma restritiva legislação nacional que gera problemas ainda maiores, ameaçando a própria sobrevivência da empresa.

A bancada gaúcha levou o problema à consideração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de ofício em que apresenta as reivindicações da refinaria Ipiranga. Passo a ler a carta escrita pela refinaria, pedindo que seja inserida nos *Anais* desta Casa e que siga novamente ao Presidente da República e, de modo muito especial, à Ministra de Minas e Energia.

“Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Desde março de 2004, os preços do petróleo, no mercado internacional, crescem assustadoramente. No último mês de abril, foi superado o patamar de US\$40 por barril. No Brasil, os preços dos derivados de petrô-

leo estão baseados em US\$31/US\$32 o barril importado, provocando perdas vultosas às refinarias privadas.

Estas refinarias reivindicam medidas urgentes junto ao Governo Federal para manterem seus parques em atividade. A refinaria Ipiranga, situada no porto do município de Rio Grande, já reduziu em 40% a sua produção e aproxima-se o risco de suspender, definitivamente, suas operações. Isto causaria grande prejuízo para a economia do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive gerando grande desemprego no extremo sul do País.

Análises técnicas de mercado mostram que precisam ser tomadas, a curtíssimo prazo, as medidas enumeradas a seguir para solucionar o problema:

1 – A aquisição de petróleo, pelas refinarias, pelo valor correspondente aos preços das vendas dos subprodutos no mercado interno;

2 – Utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para o ressarcimento das perdas das refinarias privadas, sabendo-se que esta tributação é arrecadada pelas refinarias sobre os subprodutos do petróleo e foi instituída tendo como uma de suas finalidades a de subsidiar os preços desses produtos pelo Governo;

3 – Prestação de serviços das refinarias privadas à Petrobras.

Por isto, solicitamos a Vossa Excelência a análise atenciosa da situação das refinarias privadas e as alternativas propostas para solução de suas dificuldades, colocando-nos à disposição para ampliarmos os debates acerca do assunto.”

Sr^{as} e Srs. Senadores, a história da Ipiranga é fascinante. Peço licença para um breve resumo da saga da família Tellechea e seus associados na idealização, construção e consolidação de um empreendimento que se revelou altamente competitivo e orgulha a própria história do capitalismo brasileiro.

A Ipiranga é uma empresa pioneira. Fundada em 1937, na cidade gaúcha de Rio Grande, no sul do estado,

creceu e se transformou num dos principais complexos industriais brasileiros.

Sua trajetória iniciou quatro anos antes, quando o pecuarista e comerciante brasileiro João Francisco Tellechea se uniu a três sócios argentinos com o sonho de produzir derivados de petróleo para comercializar no Rio Grande do Sul. A unidade empresarial original, a Destilaria Rio-Grandense, foi instalada em Uruguaiana, cidade na fronteira com a Argentina, distante cerca de 700 quilômetros de Porto Alegre.

A Ipiranga, em seus primórdios, abastecia um mercado restrito às poucas unidades fabris, principalmente têxteis, que formavam o pequeno parque industrial gaúcho instalado em Porto Alegre, Novo Hamburgo e Pelotas, além de Rio Grande. Seus idealizadores, porém, estavam certos de que, nas décadas seguintes, o estado e o País experimentariam um crescimento industrial vigoroso e acelerado.

Apostaram no futuro, como tantos empreendedores que arriscaram suas economias no sonho de desenvolvimento do País.

O cenário mundial apontava para uma revolução tecnológica liderada pelo setor petrolífero. A gasolina, o querosene e o óleo diesel moviam o mundo: automóveis, aviões, navios, máquinas e equipamentos diversos, as viagens e os negócios dependiam do então chamado “ouro negro”.

Nesse quadro, o Rio Grande do Sul se fazia presente com a refinaria Ipiranga, um negócio extremamente promissor e lucrativo. Os recursos eram próprios, os equipamentos argentinos, os técnicos mais especializados contratados no exterior e a matéria-prima importada do Equador. Era só começar a trabalhar.

Um ano depois de inaugurada, no entanto, surgiu o primeiro grande obstáculo. A Segunda Guerra Mundial já se desenrolava na Europa e o governo argentino proibiu a utilização dos portos de Buenos Aires

para transbordo do óleo equatoriano até a destilaria de Uruguaiana.

Na busca de uma alternativa viável para o transporte do petróleo, os proprietários da refinaria uniram-se a um grupo de empresários uruguaios e formaram uma nova empresa: a Ipiranga S.A. – Companhia Brasileira de Petróleo. O local escolhido para a instalação do empreendimento foi o porto de Rio Grande.

Desde o início atribulado e pleno de incertezas quanto ao futuro – o que ocorre, aliás, até hoje com qualquer empreendimento produtivo de risco no Brasil –, a Ipiranga conseguiu superar os obstáculos e inscreveu sua marca no mercado brasileiro.

Empresa regional, a Ipiranga estava distante dos centros de decisão das políticas nacionais para o setor. As cinco distribuidoras concorrentes estrangeiras levavam vantagem porque se reuniam freqüentemente com o extinto Conselho Nacional de Petróleo e planejavam sua estratégia com antecedência. A Ipiranga sequer era convidada para participar desses encontros.

A empresa decidiu então que precisaria crescer e alcançar dimensões nacionais para ser ouvida junto aos órgãos federais de decisão. O meio encontrado foi investir na compra de uma das distribuidoras estrangeiras, e a empresa escolhida foi a norte-americana Gulf Oil Corporation. Detentora de 6% do mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo e uma rede de 500 postos em todo o País, constitui a empresa ideal para robustecer a Ipiranga.

O negócio foi fechado e causou grande surpresa. Afinal, pela primeira vez uma empresa brasileira e rio-grandense comprava um conglomerado norte-americano do petróleo, setor em que as cifras giravam em torno de bilhões de dólares anuais. A incorporação da Gulf Oil contribuiu ainda mais para a modernização técnica, administrativa e gerencial da Ipiranga.

Desde então, a refinaria vem enfrentando toda sorte de atribulações e obstáculos. Chegou a estar

ameaçada de encampação, mas conseguiu seguir em frente. A Ipiranga cresceu muito, diversificou sua atividade e se espalhou pelo Brasil.

A partir de 1968, com a inauguração da refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul, a Ipiranga experimentou novo impulso. Entrou no setor de revendas e logo ocupava posição de destaque, controlando 28% do mercado gaúcho.

Foi quando a empresa, agora batizada de Empresa de Petróleo Ipiranga, decidiu diversificar seus negócios. Partiu para a hotelaria, para o setor da indústria de pesca, processamento de dados, aviação agrícola, corretagem de seguros, indústria do couro, agropecuária, fruticultura, defensivos e fertilizantes agrícolas, setor químico, asfalto e reflorestamento.

Nesse processo, a Ipiranga contribuiu fortemente para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul e do Brasil, gerando riqueza e empregos em diferentes setores da economia.

Em 1993, no auge de suas atividades, comprou mais uma empresa norte-americana, a Atlantic, depois de uma década de negociações. O impacto dessa incorporação foi imediato. A capacidade de comercialização da Ipiranga praticamente dobrou, passando de seis para onze bilhões de litros/ano. Sua participação no mercado nacional seguiu o mesmo ritmo: ampliou-se de 10,1% para 19,5%, enquanto a rede de postos de serviço tornou-se a segunda maior do País, com 5,6 mil pontos comerciais.

Essa trajetória de sucesso foi compartilhada também com a comunidade rio-grandense. Os louros de uma jornada empresarial que deixou o País admirado serviram também para dar sustentação à atuação solidária da Ipiranga junto às comunidades carentes, no melhor espírito da parceria social tão estimulada atualmente.

A criação da Fundação Francisco Martins Bastos, em 1993, representou um marco na relação da companhia com seus empregados, com a implantação de um sistema de aposentadoria complementar.

No plano externo, a empresa participou ou patrocinou diversas ações em benefício das populações mais pobres. Hoje, a companhia custeia os estudos de cinco mil adolescentes em 14 municípios das regiões Norte e Nordeste e desenvolve programas sociais no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Para citar alguns: Parceiros Voluntários, Projeto Pescar, Programa Pró-Saber, Fundo Municipal da Criança, Fundação Abrinq e Solidariedade Brasil-França, Programa de Capacitação de Educadores e Agentes de Saúde.

Enfim, atualmente, a Ipiranga se prepara para enfrentar os desafios do futuro. Mudanças na legislação, que alteraram a forma de atuação das empresas do setor, trazem novas perspectivas. O fim do monopólio da Petrobras na exploração, refino, transporte, importação e exportação permite que a iniciativa privada participe dessas atividades.

A Ipiranga está qualificada para atuar sob essas novas condições e participar plenamente desse novo ciclo de expansão da indústria brasileira de petróleo.

Essa é a saga de uma empresa brasileira que se debate com os problemas naturais da atividade, mas que também encontra dificuldades de outra ordem, que podem e devem ser analisadas pelo Governo.

Afinal, está em jogo o futuro não apenas de mais uma companhia, uma empresa com uma história tão significativa, como também estão ameaçados milhares de empregos numa região com problemas sociais já suficientemente graves.

Veja, Senhor Presidente, a importância e o significado da situação dessa empresa, que tem história, que se desenvolveu, progrediu e mostra o pioneirismo de muitos brasileiros, e de modo especial a essas pessoas que, sem petróleo, sem consumo, lá em Uruguaiana, no extremo sul do Brasil, na fronteira com a Argentina, tiveram a visão, a competência e a capacidade de criar a refinaria e de buscar, quando nem havia petróleo no País, as possibilidades de produzi-lo aqui no Brasil. O problema

é complexo, mas simples, na minha opinião. A verdade é que, importando petróleo ao preço internacional, enquanto a Petrobras tem condições de vender aos preços que produz, não mais equiparando aos preços internacionais, a empresa está perdendo praticamente todo dia, vendendo com prejuízo, não apenas parando a produção por uma questão de respeito e carinho aos seus funcionários e à sua tradição.

A extraordinária companheira Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia, competente e capaz – diga-se de passagem –, marcou para amanhã, às 19h30, uma reunião, ocasião em que receberá a Diretora-Presidente do Grupo Ipiranga, a extraordinária companheira Elizabeth Tellechea, para debaterem e discutirem essa matéria. Tenho certeza de que a Ministra, que chegou hoje da China e marcou a reunião exatamente para amanhã, não só haverá de ouvir as argumentações apresentadas pela Sr^a Elizabeth Tellechea, Presidente do Grupo, como também tenho a convicção de que a carta assinada por todos os parlamentares do Sul, senadores e deputados, e entregue ao Presidente da República, haverá de trazer uma resposta, que deve ser urgente, porque a empresa está perdendo, dia-a-dia, uma quantia e sua capacidade de manutenção do serviço. Parte do equipamento já está paralisada. A empresa mantém o restante produzindo, para preservar seu nome e não sair do mercado.

Senhor Presidente, fico feliz em saber que o assunto estará nas mãos da Ministra Dilma Rousseff. S. Ex^a é capaz, competente, de muitas qualidades. Já lhe disse isso pessoalmente, na reunião que tivemos com a banca da gaúcha em outra situação. A Ministra tem a credibilidade de todo o Brasil.

É interessante notar a forma como S. Ex^a foi escolhida Ministra de Minas e Energia. Quando se estava preparando o plano de Governo do Presidente Lula, havia vários grupos de trabalho, e, no de energia, estava a Dr^a Dilma Rousseff. A sua disposição, competência, capacidade na elaboração do programa fez com que seu nome crescesse naturalmente. Os membros que faziam

parte do grupo e os que assistiam disseram que a Dr^a Dilma teria de ser a ministra, porque conhecia o assunto.

S. Ex^a foi escolhida pela competência e pela capacidade. É por isso que vemos, no dia-a-dia dos trabalhos do seu ministério, que S. Ex^a, apesar do debate, das críticas, da confusão aqui ou acolá no Governo, leva adiante, com um esforço enorme, para que as questões sejam resolvidas.

Que V. Ex^a, Dr^a Dilma Rousseff, seja feliz amanhã, encontrando uma solução para a Ipiranga. V. Ex^a sabe do carinho, do amor e do respeito que temos pela Ipiranga. Aliás, o Rio Grande vem sofrendo ultimamente. Sofre por uma empresa pioneira que foi das mais tradicionais da história deste País, a Varig. Haveremos de vir, em outro pronunciamento, mostrar a crueldade do Governo Federal com relação à Varig, desde que assumiu a Presidência da República o Sr. Fernando Collor de Mello, o que culminou com as privatizações. Todos os grandes países do mundo têm uma empresa internacional: os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Itália, o Japão. O Brasil resolveu abrir, sem preparo, e deu-se a confusão. Sofremos muito e estamos sofrendo com a Varig.

A outra é a Ipiranga, que veio desenvolvendo-se. Ao longo da sua história, quis crescer e cresceu, desenvolveu-se, mas teve de ir para os mais variados setores, porque aumentar a produção de gasolina e de gás era proibido, o monopólio proibia. Pois, agora, no meio do seu trabalho, da sua ação, vem uma decisão dessa natureza, que é fácil de entender: o preço do petróleo no exterior está a US\$40 o barril. Felizmente, hoje a Petrobras não faz com que o preço aumente no País quando é aumentado lá fora. Isso foi feito ao longo do tempo e da história. Aumentava-se lá fora, aumentava-se aqui.

O Brasil, hoje, é quase auto-suficiente. Diz-se que, no ano que vem, seremos auto-suficientes na produção de petróleo. Atualmente, existe a vantagem de que as crises do petróleo, que faziam a inflação estourar no Brasil, não acontecem mais, nem estão ocorrendo ago-

ra. O petróleo está US\$40 lá fora, mas aqui se mantém. Para a Petrobras está tudo bem, mas há uma disposição que a impede de vender o petróleo para a Ipiranga. Se a Ipiranga comprasse o petróleo da Petrobras, a questão estaria resolvida. Não, tem de importar. Então, a Ipiranga importa a US\$40, produz a US\$40 e depois vai concorrer com a Petrobras, que vende a um preço muito inferior.

A solução tem de ser encontrada. É lógico e racional que algo precisa ser feito, e tenho a convicção absoluta de que a Ministra Dilma Rousseff encontrará a saída.

Meus cumprimentos à D. Elizabeth Tellechea, mulher de garra e luta, presidente do Grupo Ipiranga, pelo esforço que tem envidado e pelo trabalho que tem desenvolvido.

Agradeço ao Presidente Lula e à sua ministra a solução que – tenho a mais absoluta certeza – haverão de encontrar.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, neste cenário nacional em que nos encontramos, ao lado de estatísticas aparentemente favoráveis na política macroeconômica, se contrapõem outros dados que revelam as dificuldades em que se encontra o setor produtivo nacional.

Um exemplo de uma empresa saudável que enfrenta dificuldades, que trago à reflexão desta Casa, é o da Companhia de Petróleo Ipiranga.

De uma forma geral, a indústria nacional se queixa da escassez da oferta de crédito para investimentos, dos juros altos, da falta de incentivo, dos problemas gerados por uma burocracia ineficiente e das imperfeições da legislação. Praticamente todos os setores da indústria se debatem com problemas dessa ordem.

No caso da Ipiranga, refinaria criada no Rio Grande do Sul na década de 30 e que vem operando com um desempenho excepcional, a dificuldade está ligada ao mercado internacional do petróleo. O alto preço a que chegou o barril de óleo, com um impacto estrondoso na economia da empresa, é apenas uma parte do problema.

O outro aspecto se refere a uma restritiva legislação nacional que gera problemas ainda maiores, ameaçando a própria sobrevivência da empresa.

A bancada gaúcha levou o problema à consideração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de ofício em que apresenta as reivindicações da refinaria Ipiranga.

A carta está nos seguintes termos:

“Excelentíssimo Senhor

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Desde março de 2004, os preços do petróleo, no mercado internacional, crescem assustadoramente. No último mês de abril, foi superado o patamar de US\$40 por barril. No Brasil, os preços dos derivados de petróleo estão baseados em U\$31/U\$32 o barril importado, provocando perdas vultosas às refinarias privadas.

Estas refinarias reivindicam medidas urgentes junto ao Governo Federal para manterem seus parques em atividade. A refinaria Ipiranga, situada no porto do Município de Rio Grande, já reduziu em 40% a sua produção e aproxima-se o risco de suspender, definitivamente, suas operações. Isto causaria grande prejuízo para a economia do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive, gerando vultoso desemprego no extremo sul do País.

Análises técnicas de mercado mostram que precisam ser tomadas, a curtíssimo prazo, as medidas enumeradas a seguir para solucionar o problema:

1 - A aquisição de petróleo, pelas refinarias, pelo valor correspondente aos preços das vendas dos subprodutos no mercado interno;

2 - Utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para o ressarcimento das perdas das refinarias privadas.

Sabendo-se que esta tributação é arrecadada pelas refinarias, sobre os subprodutos do petróleo e foi instituída tendo como uma de suas finalidades, a de subsidiar os preços desses produtos pelo Governo;

3 - Prestação de serviços das refinarias privadas à Petrobras.

Por isto, solicitamos a Vossa Excelência a análise atenciosa da situação das refinarias privadas e as alternativas propostas para solução de suas dificuldades, colocando-nos à disposição para ampliarmos os debates acerca do assunto.”

PREJUÍZOS DOS ESTADOS EXPORTADORES

(Pronunciamento em 15 de setembro de 2004)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero iniciar o meu pronunciamento lendo uma nota que saiu na coluna de domingo, dia 12, da extraordinária jornalista Tereza Cruvinel, de *O Globo*.

Diz a nota, intitulada “Mau Costume”:

“O Governo Lula tem o mau costume de descumprir acordos, e, enquanto agir assim, a relação com a Oposição e até mesmo com os aliados será complicada, vive dizendo o Líder em exercício do PSDB Alberto Goldman. Em seu inventário das deslealdades do Governo, o Presidente Lula cometeu, por meio de vetos, nos últimos meses, 13 violações de acordos feitos no Congresso. Culminaram com os vetos a artigos da LDO, mas incidiram antes sobre leis diversas, cujos temas vão de benefícios para deficientes à redução de alíquotas do PIS/Cofins para importação. De assuntos sociais a assuntos econômicos. Chegaram agora ao requinte de deixar de fora do Orçamento os recursos para a compensação dos estados pelas perdas com desoneração das exportações. A reação dos governadores vem aí.”

A verdade é que o Governo brasileiro – o atual e também o anterior – não vem dando a necessária atenção à questão da dívida dos estados, cuja situação, hoje, é explosiva.

Em primeiro lugar, quero destacar a questão da Federação brasileira. É verdade que o federalismo brasileiro foi imposto de cima para baixo, ao contrário do fe-

deralismo nos Estados Unidos. Lá, naquele país, estados autônomos resolveram se juntar para formar uma grande nação. Aqui, ao contrário, um país desmembrou-se em estados. Isso gerou um problema. Desde o Império, a situação das antigas províncias – aos atuais estados – sempre foi de total dependência do poder central.

Ocorre, porém, que agora estamos chegando ao limite, ao extremo do limite. A União parece ignorar a existência dos estados.

Dou apenas um número, e apenas ele basta para explicitar a total deformação da Federação brasileira. A União fica hoje com cerca de 75% dos impostos recolhidos no País – repito: a União fica hoje com cerca de 75% dos impostos recolhidos no País! Sobram apenas 25% para os estados e para os municípios. Ora, isso é inconcebível, inaceitável. Essa situação não pode mais continuar. [Creio que o Pacto Federativo tem que ser reabilitado, rediscutido. O Senado Federal, que representa a Federação, tem que estar presente nesse momento e nessa hora.]

Na semana passada, os Governadores Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, e Geraldo Alckmin, de São Paulo, encontraram-se no Palácio dos Bandeirantes para definir ações que pressionem o Governo Federal a incluir no Orçamento de 2005 os valores correspondentes ao ressarcimento aos estados pela desoneração fiscal das exportações.

Como é sabido por todos, segundo acordo fechado no ano passado com a União, os estados exportadores deveriam ser compensados pela isenção com R\$8,5 bilhões. Ocorre, porém, que, ao longo deste ano, o Governo Federal insistiu em manter o montante congelado em R\$6 bilhões. Não aceitou os R\$8,5 bilhões buscados pelos estados federados. Insistiu nos R\$6 bilhões.

Quando todo mundo imaginava, primeiro, que o Governo Federal havia aceito e colocaria os R\$8,5 bilhões, ou, então, os R\$6 bilhões no Orçamento, o que aconteceu? Todos fomos surpreendidos com a informa-

ção de que os recursos para ressarcir os estados exportadores, como é o caso do Rio Grande do Sul, não haviam sido incluídos no próximo Orçamento a ser enviado ao Congresso Nacional. O Governo, pura e simplesmente, cortou a linha, deixou fora, não tratou dos R\$6 bilhões ou dos R\$8,5 bilhões destinados à exportação, e colocou zero. Tirou essa alíquota especificada.

Eu não sei exatamente que palavra usar para classificar um fato dessa natureza. No mínimo, eu diria que é desconsideração, desrespeito.

Com elegância e com muita moderação, o Governador Rigotto, do Rio Grande do Sul, está, agora, liderando um movimento nacional pelo cumprimento do acordo firmado em 2003 entre a União e os estados.

A verdade é que os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo são os dois maiores exportadores do Brasil, mas, quando se leva em conta a relação entre o número de habitantes e os valores obtidos com a venda dos produtos no exterior, constata-se que o Rio Grande do Sul é o maior exportador per capita do Brasil.

Em outras palavras, eu diria: o Rio Grande do Sul é um dos principais responsáveis pelo fantástico desempenho que o Brasil vem tendo em suas contas externas. Mas esse impressionante desempenho aparentemente não é notado pelo Governo Federal, que é o seu principal beneficiário. Tanto esse fato não foi percebido que, agora, o Governo Federal “esqueceu-se” de colocar no Orçamento a parcela de reposição de perdas com as exportações.

“Além de o esquecimento ser um absurdo, é inaceitável que nenhum órgão do Governo se responsabilize pela falha”, disse o Governador Rigotto. E acrescentou: “Temos não apenas que reverter o esquecimento da inclusão dos recursos na previsão orçamentária, mas também que assegurar que eles sejam corrigidos. Não podemos aceitar a continuidade do congelamento”.

Reparem, meus irmãos, que o Governo se comprometeu com os estados que a verba seria de R\$8,5

bilhões para ressarcir os estados que não cobram ICMS nas exportações. Depois, disse que só daria R\$6,5 bilhões e começou uma briga: R\$6,5 bilhões ou R\$8,5 bilhões? A União o que fez? Não colocou nem R\$6,5 bilhões, nem R\$8,5 bilhões. Não colocou nada. Esqueceu. Para que fez isso? Para humilhar os estados. Agora, eles têm que vir correndo, pedindo por favor que se inclua no Orçamento. Aí, o Governo colocará R\$6 bilhões e está acabado. Esquece-se de que seriam R\$8,5 bilhões. Quer dizer, quer iniciar lá atrás. Obriga os estados à humilhação, a chegarem aqui dizendo: “Pelo amor de Deus, inclua no Orçamento a verba referente à desoneração das exportações”. E o estado coloca R\$6,5 bilhões. Aí, os estados terão que dizer: “Pelo amor de Deus, o senhor se comprometeu a dar R\$8,5 bilhões. Como são R\$6,5 bilhões?”.

Atitudes como essa do Governo Federal representam – mais do que descortesia ou desprezo pelos estados exportadores – uma ameaça à Federação brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a isenção de ICMS para empresas exportadoras de produtos primários e semi-manufaturados foi estabelecida pela chamada Lei Kandir, de 1996, que estipulou também o ressarcimento das perdas aos estados exportadores pelo Governo Federal, por meio do Fundo de Compensação à Desoneração das Exportações. Com o descumprimento do acordo que fixou o valor em R\$8,5 bilhões, o Rio Grande do Sul tem um prejuízo anual de R\$1 bilhão.

Chegamos, assim, ao seguinte absurdo: os estados brasileiros com vocação exportadora, como o Rio Grande do Sul e São Paulo, pagam muito caro por serem eficientes e por ajudarem o País a ter superávits.

Vejamos esse absurdo em números, para o meu estado.

O Rio Grande do Sul recebeu como compensação, no primeiro semestre de 2003, R\$387,7 milhões. No entanto, no mesmo período do corrente ano, a cifra caiu para R\$347,7 milhões. Ou seja, o Rio Grande do

Sul recebeu, neste ano, menos R\$40 milhões do que no ano passado, o que corresponde a uma queda de receita da ordem de 12%. Em contrapartida, nos primeiros seis meses de 2004, as exportações gaúchas cresceram 35%.

Recebemos, neste ano, menos pelas exportações do que no ano passado e as exportações, neste ano, aumentaram 35%. Repito: quanto mais o nosso estado exporta, mais perde em receita.

Os números não mentem. Eles mostram o enfraquecimento da Federação. Cada dia mais, os recursos estão se concentrando nos cofres da União em detrimento dos estados e dos municípios.

Chegou a hora de nós, Senadores, representantes dos estados da Federação, refletirmos seriamente sobre essa questão. Até quando permaneceremos calados diante da incessante diminuição do poder e da autonomia dos nossos estados? Até quando ficaremos indiferentes à gana ameaçadora e arrecadadora da União?

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador do Rio Grande do Sul é uma grande figura de homem público. Destaca-se na sua geração. Teve uma vitória inesquecível na última eleição para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Fez uma campanha elegante, sem agressões.

Logo no início do Governo, muitos companheiros do PMDB cobraram de Rigotto que denunciasse a situação financeira em que havia recebido o estado, que era dramática. A transição foi tranqüila, pacífica e harmoniosa entre o Governo de Olívio Dutra e o nosso, mas os números eram muito ruins. A dívida que estava sendo recebida era imensa. Porém, o Governador Rigotto não agiu no calor daquela hora, silenciou-se e fez uma transição elegante.

Primeiramente, Rigotto fez o levantamento da situação e somente depois de um ano o publicou. Assumiu a administração do estado com o caixa único exaurido, com dívidas de curto prazo de quase R\$4,5 bilhões e com parte da arrecadação de 2003 antecipada pela administração anterior.

Hoje, o Governador Rigotto está liderando um movimento de governadores de estados exportadores para tentar forçar o Governo Federal a cumprir o que foi acertado em 1996.

Todos aqui se lembram que a Lei Kandir veio para baixar o custo dos produtos brasileiros, para torná-los mais competitivos no mercado internacional. Naquela hora, o Rio Grande aceitou ceder, em benefício do Brasil, mas exigiu uma contrapartida mínima, que o Governo central se recusa agora a cumprir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as dívidas da União para com o Rio Grande do Sul não se limitam a esses valores da Lei Kandir.

Há também as compensações previdenciárias, destinadas, desde o tempo da Constituição, para o encontro de contas do funcionário público federal que passou para o quadro do estado, levando as vantagens que tinha. Nesse item, o Estado do Rio Grande do Sul tem R\$100 milhões a receber e ainda não recebeu um centavo. O Paraná já recebeu a sua parte.

Durante o Governo Sarney, quando a União não tinha recursos, o Estado do Rio Grande do Sul pavimentou estradas federais, com o compromisso assinado, por escrito, de que, posteriormente, a União passaria para o governo estadual aquelas quantias. O nosso investimento em obras federais, em estradas, em valores corrigidos, foi de cerca de R\$1 bilhão, que o Governo reconhece, mas não paga.

Na questão da reforma agrária, ocorreu o mesmo. Como estávamos às vésperas de uma convulsão social, compramos terras em verbas estaduais por preço razoável, entregamos ao Governo Federal, porque só ele pode fazer a reforma agrária, e ele distribuiu essas terras. Celebramos um convênio com o Governo, com o compromisso de que a União nos daria esse dinheiro de volta. Até hoje, isso não aconteceu.

O mesmo se deu quando da implantação do pólo petroquímico. Havia uma luta pelo terceiro pólo petroquí-

mico entre Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e o nosso estado. Para ganhá-la, o Governo do Rio Grande do Sul investiu na infra-estrutura e na parte de controle à poluição. O estado gastou US\$250 milhões à época. Nunca se falou em pedir o dinheiro de volta. No entanto, o Governo Federal privatizou o pólo produtivo. Sendo esse pólo privatizado, o Governo estadual não tem direito a receber os US\$250 milhões que nele investiu, porque ia ficar com a União e esta o privatizou? Por que não devolvem os nossos US\$250 milhões?

O mesmo vale para a Aços Finos Piratini, que o Rio Grande do Sul construiu com dinheiro de seu orçamento. Pronta, entrou em execução, mas não tivemos dinheiro para acabá-la. Fizemos a sua entrega ao Governo Federal, que assumiu o compromisso de terminá-la. Não a acabou, privatizou-a, recebeu o dinheiro e não deu um centavo ao Governo do Estado, que foi quem construiu a Aços Finos Piratini.

Concentrei meu pronunciamento no problema da desoneração das exportações, mas creio que logo teremos que rever também os limites de comprometimento da receita com o pagamento da dívida com a União.

No ano passado, o impacto da desoneração representou uma perda aproximada de R\$1 bilhão nas receitas estaduais. Já o pagamento da dívida pública consumiu R\$1,4 bilhão. E vai para 18% do que arrecadamos pagando a dívida federal.

A situação é alarmante. E não é apenas no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, creio que essa é uma tese que temos a obrigação de debater. É verdade que estamos num momento eleitoral, uma hora em que se briga e se discutem as eleições na capital e nos municípios.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Na verdade, Senador Pedro Simon, eu lhe pedi um aparte, e V. Ex^a,

antes de me concedê-lo, respondeu a uma dúvida que eu tinha exatamente sobre os prejuízos que o Rio Grande do Sul vem sofrendo. V. Ex^a está de parabéns por esse pronunciamento. Mas penso que o dia de hoje e a sessão do Congresso Nacional devem servir de lição para que o Governo pense no Orçamento da República como um todo e leve essa questão mais a sério, Senador Pedro Simon. Hoje, vimos vários estados da Federação sendo prejudicados pela falta de organização. O Senador Romeu Tuma, que presidiu uma parte da sessão, com a Mesa, esforçou-se como pôde para ordenar os trabalhos e para que os créditos pudessem ser votados. Imagine que alguns desses créditos não haviam sequer saído do Palácio. Inclusive, em meu estado, o governador se deixou fotografar ontem ao lado do Presidente da República e da candidata à prefeitura de Teresina, dizendo estar tudo resolvido e que o crédito para pagar o funcionalismo já estava no Congresso, quando, na realidade, estava no Palácio. Foi preciso haver uma ação imediata, inclusive de líderes do próprio Governo, para que isso acontecesse. Hoje foi um dia triste. A grande maioria dos créditos que para aqui vieram não estavam em condições de serem votados. Há um governador, que hoje é ministro, de quem o Presidente Lula se queixa por não gastar o dinheiro de sua Pasta. S. Ex^a gastou apenas 10% dos recursos. Talvez esteja explicada em parte essa recuperação fantástica que o Governador Germano Rigotto vem promovendo no estado de V. Ex^a. Senador Pedro Simon, V. Ex^a está de parabéns, conhece bem o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Penso que, mesmo no ardor de uma campanha eleitoral, precisamos manter a responsabilidade que temos com o nosso mandato, com a nossa sociedade, com a nossa consciência.

Sr. Presidente, exatamente nesta hora que é muito tumultuada, procuro serenar, acalmar-me. Procuro unir, somar. Não sou daqueles que buscam incendiar. Sou

daqueles que buscam apaziguar. Por isso, nesta hora, não sou daqueles que procuram bater no Governo, dificultar a vida do Governo. Mas há coisas que devem ser analisadas.

A questão das exportações é grosseira. Não consta do Orçamento a alíquota! São R\$8,5 bilhões. Não inserir isso no Orçamento é difícil de explicar. O que os nossos amigos do PT teriam dito ao então Presidente Fernando Henrique se, no Governo dele, essa alíquota não constasse do Orçamento? Não há explicação, a não ser que isso tenha sido feito deliberadamente. Como queriam R\$8,5 bilhões e ele queria R\$6 bilhões, não se inseriu nada, obrigando os governadores a chorar para que se inserissem os R\$6 bilhões. E, assim, esqueceram-se dos R\$8,5 bilhões. É aquela história de tirar o lobo da sala para a situação ficar mais tranqüila.

Sr. Presidente, é tempo de esta Casa fazer sua parte. Mas não temos condições de fazê-lo se a recíproca não é verdadeira.

Agradeço-lhe a tolerância, Sr. Presidente, e espero que a questão de que os governadores vão tratar agora em reunião, a ser iniciada pelo Governo Germano Rigotto, seja atendida e tenha a devida resposta do Presidente Lula.

Muito obrigado.

CRISE DO PACTO FEDERATIVO

(Pronunciamento em 20 de dezembro de 2004)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, como muitos outros brasileiros, estou profundamente preocupado com a grave crise que atinge o pacto federativo deste País. O quadro que me leva a essa inquietação é a quebraadeira geral dos estados e de vários dos municípios mais importantes. Enquanto isso, a União “engorda” às custas da criação de contribuições que, na maioria das vezes, não revertem em bons serviços para a população.

É evidente que muita coisa está profundamente errada no federalismo brasileiro.

Alguns estudiosos enxergam problemas no nosso federalismo desde a sua implantação, que se confunde com a Proclamação da República – que, na verdade, foi um golpe de Estado.

O paradigma federativo com o qual somos frequentemente comparados nos é francamente desfavorável: os Estados Unidos da América do Norte. Mas um estudo mais aprofundado acabará nos levando a conclusão diversa do senso comum: não existe apenas um modelo de federação. Na realidade, existem pelo menos quatro formações políticas distintas que resultaram em modelos federativos nos dias de hoje.

Existe o modelo norte-americano, o mais conhecido e mais debatido, no qual há uma pluralidade política interna de seus membros, resultando em fortes identidades regionais que igualam, quando não ultrapassam, a identidade nacional, mas cuja sobrevivência

depende da coexistência e cooperação com os outros membros.

Existe o modelo alemão, onde o federalismo apareceu como solução para a fragmentação de um império decadente. Nesse paradigma é ressaltada a ação de vontades prévias, que, em uma manobra de consertação, mantém a unidade sob nova forma federalista, que permite o respeito às diferenças.

Existe um modelo característico de estados plurinacionais, resultado do processo de descolonização do século XX, normalmente obrigando a coexistência de profundas divergências étnicas, religiosas, culturais. Para esse modelo, a referência seria a Índia.

E existe o caso de países onde o federalismo apareceu em substituição a experiências fracassadas de Estado unitário, que tem como referência histórica países como o Brasil e a Argentina. O Brasil era um Império Unitário; hoje, é uma República Federativa.

E, não se iludam V. Ex^{as} são poucas as experiências federativas, e menos ainda as efetivamente estáveis. O professor Otávio Dulci nos lembra que a lista de federações é composta, nos dias de hoje, apenas por Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Argentina, Venezuela, Austrália, Malásia, Índia, Nigéria, África do Sul, Áustria, Alemanha, Suíça e Rússia.

Desse modo, acaba sendo mais produtiva a análise do federalismo “à brasileira” do que a comparação com os outros paradigmas.

E qual é a história do federalismo em nosso País?

A idéia federal foi apresentada como uma das possibilidades já no momento da Independência. Fundamentalmente, os estudiosos apresentam duas razões para o federalismo não ter sido adotado no início de nossa vida autônoma: o risco de desagregação territorial, como efetivamente veio a acontecer em quase toda a América Colonial Espanhola; e a existência da escravidão, que era um foco permanente de tensão.

Como resultado disso, iniciamos nossa vida nacional como uma monarquia unitarista, que garantiu a integridade territorial e a manutenção dos direitos de propriedade da elite escravista.

Quando a questão federalista foi recolocada, na fase dos conflitos originados pela Regência, apresentou-se muito mais como manifestação de interesses prejudicados pelo centralismo monárquico do que como possibilidade de consertação dos diferentes interesses regionais.

O fracasso do regime monárquico em abrir espaço político para os novos grupos sociais que surgiram no Império – os cafeicultores capitalistas, as camadas médias urbanas, em especial os militares, e mesmo o trabalhador assalariado – resultou na sua extinção. Especialmente após sua base econômica ser paulatinamente corroída, com a eliminação gradual da escravidão, coroada pela Lei Áurea, em 1888.

Surgiu, assim, a oportunidade não só para a substituição do regime republicano, como também para um federalismo construído de cima para baixo, sobre uma base estritamente conservadora.

A federação foi adotada na medida em que o unitarismo monárquico era confundido com o “atraso”, com a estagnação política do final do Império.

A dinâmica política da nossa primeira República foi bastante peculiar, com a estabilidade sendo alcançada por meio de um pacto político estabelecido entre as várias elites locais, organizadas numa miríade de partidos de base estadual.

O pacto federativo pode ser entendido como as regras de coexistência entre poderes da base nacional e poderes da base regional. No nosso caso pioneiro, foi pouco mais do que um acordo entre setores mais tradicionais do Norte e do Nordeste e governadores representantes de setores mais dinâmicos do Sul e do Sudeste, interessados no uso prático que poderia ser dado ao poder central, especialmente na viabilização do comércio exterior.

A descentralização de ações – característica essencial de um sistema federativo – acabou confundida com uma autorização para o uso indiscriminado do Estado, em nível local, pelas elites pactuantes. A partir daí, nota-se um caráter francamente pendular nas várias reorganizações pelas quais passou o Estado brasileiro.

Pobre federalismo... Acabou, na virada da década de 1920 para a de 1930, seguindo o mesmo caminho da Monarquia. Incapaz de dar conta da nova dinâmica social, estabelecida pelo avanço da indústria e da urbanização, foi acusado, a partir do movimento tenentista, de ser responsável pelo “atraso”, pela estagnação política e econômica.

A Revolução de 1930 trouxe mais um elemento à vida política nacional. Getúlio Vargas representou o modelo mais bem acabado de estadista com visão nacional, capaz de reinventar-se, a todo o momento, conforme a conveniência dos seus projetos políticos. Foi assim que o líder gaúcho viu-se à frente de um movimento de amplitude nacional para remoção da arcaica estrutura política da República Velha. Logo em seguida, aparece como pessoa capaz de conduzir o País na construção de uma sociedade mais democrática, dentro dos padrões da época, refletida na Constituição de 1934.

Do ponto de vista do nosso federalismo, Vargas estabeleceu um modelo absolutamente centralizado, que apostava na construção de um Estado indutor do desenvolvimento econômico. Assim, a regulamentação do comércio interno e externo – que, na fase anterior, era função dos governos estaduais – passou ao Governo central. Apesar disso, foi mantida a capacidade dos estados para aplicar e, eventualmente, criar novos tributos.

Inviabilizada a continuidade de Getúlio no poder, a redemocratização do País, em 1945, significou uma nova fase de descentralização federativa, uma vez que o centralismo, novamente, via-se confundido com o “atraso” das instituições políticas.

A República liberal instituída em 1946, mesmo reconstruindo e dando autonomia aos governos subnacionais, pouco afetou a estrutura administrativa central montada por Getúlio Vargas. Tampouco foi revertida a concentração industrial no Sudeste, gerando grandes rivalidades políticas entre os estados e colocando a União em um novo papel de combater as agravadas desigualdades regionais. Inaugura-se, aqui, a fase dos incentivos fiscais para o Nordeste, como fator fundamental de desenvolvimento, modernização e industrialização.

O Regime Militar puxou novamente o pêndulo político na direção da preponderância de um forte poder central, detentor quase exclusivo da capacidade de legislar e tributar. O aumento da carga tributária foi justificado pela necessidade de financiamento da modernização infra-estrutural, não sendo eliminada, entretanto, a competência tributária dos estados, e sendo instituído mecanismo de partilha de receitas, viabilizando unidades subnacionais de base tributária estreita.

A nova democratização empurrou o pêndulo de volta aos estados. A Constituição de 1988 foi francamente municipalista, em oposição ao planejamento excessivamente centralizador da tecnocracia do período anterior. O reforço da posição do município foi colocado como panacéia para o combate do “atraso” advindo das desigualdades regionais, diante do fracasso tecnocrático em atingir os chamados grotões. Ademais, o município foi alçado ao nível de ente federado, fato inédito no mundo.

Já podemos notar que as várias formas federativas, mais menos centralizadas, ainda não foram capazes de resolver, de forma permanente, os problemas e desigualdades que o Brasil apresenta.

É importante ressaltar, também, que nossa Constituição estabelece uma Federação estritamente simétrica, quando observada nas três esferas do poder público – União, estados e Distrito Federal e municípios. Isso significa dizer que não existe respeito às diferentes capacidades dos estados, cobrando de todos as mesmas

funções e serviços. Como resultado, a oferta de serviços públicos é bastante diferenciada, mesmo dentro das mesmas macrorregiões. O mesmo ocorre no nível dos municípios, onde a questão se apresenta de forma ainda mais grave.

É necessário fazermos um balanço da situação atual do nosso pacto federativo, focando essencialmente a questão da sustentação dos entes federados. Para isso, existe farto material disponível no site do Banco Federativo do BNDES, com a análise da situação financeira e tributária da União, estados, Distrito Federal e municípios.

O que podemos constatar é isto: logo depois da Constituição de 1988, identificamos uma diminuição relativa da participação de estados e da União no conjunto da receita, em favor dos municípios.

A União saiu de uma confortável posição de representar 70% da carga tributária nacional, pré-Constituição, atingindo o nível mais baixo em 1991, com 63%. Entretanto, recolocou-se, nos últimos anos, num patamar bastante próximo ao original, 69%, graças ao expediente de criar contribuições de variadas ordens, como a CPMF e a Cide, que não distribui com os estados nem com os municípios.

Ao mesmo tempo, a carga tributária global passou dos 29,6% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1988, para os 35,7% do ano passado, e a projeção, que infelizmente parece se confirmar, é de 36,2%, para 2004. Tudo isso bem acima dos pouco mais de 13% do pós-guerra e, mesmo, dos 25% ou 26%, de quase todo o período militar.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a faz uma análise que deixa a todos estarecidos, porque é a verdade. Mas há um agravan-

te em relação aos Municípios, que não apenas tiveram diminuição após a Constituição de 1988, como também receberam mais atribuições, como, por exemplo, os bloqueios de educação e saúde, que penalizam muito. E o INSS também passou a ser um outro problema sério. E mais séria ainda é a questão dos precatórios, porque, a toda hora e a todo instante, vem uma avalanche de precatórios sobre os municípios. V. Ex^a fala que a União está realmente desequilibrada, mas, no caso dos municípios, o desequilíbrio é ainda maior. As contribuições chegam a R\$110 bilhões, que não entram na cesta a ser dividida com estados e municípios. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado pelo importante aparte de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Permite-me V. EX^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com muita alegria, concedo-lhe o aparte.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. É extremamente constrangedor para esta Casa, que só existe para representar a Federação – porque, se não fosse para representar a Federação, não haveria razão para estarmos aqui, três representantes por Estado, tudo igual –, é vergonhoso para esta Casa não ter pensado em um modelo de federalismo como muito bem denuncia V. Ex^a, se federalismo competitivo ou cooperativo. Pelo menos dever-se-ia viabilizar esse debate para se fazer uma proposição concreta. Quero fazer uma referência não para ajudar V. Ex^a, porque o seu pronunciamento é extremamente completo, muito positivo e interessante, mas apenas para trazer também ao debate que foi justamente o aumento da carga tributária – causado pelo aumento do percentual de alíquotas ou pela ampliação da base tributária – naquele tributo que é centralizado no Governo Federal, e daí a gravidade do tema. Outra gravidade é justamente o percentual de comprometimento

da receita líquida real que os estados e municípios estão tendo para financiar a agiotagem internacional, em função dessa política econômica do Governo Federal. Esse tipo de política econômica, que joga na lama da especulação 70% do Orçamento público, é financiada com o caos administrativo e com o caos da ausência de prestação de políticas públicas e de políticas sociais pelos estados e municípios. Por isso, seria bom que esta Casa fosse independente, porque, quando o Governo estabelece a promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, os Congressistas acabam viabilizando a sua voracidade de se lambuzar no banquete farto do Poder, em vez de, como V. Ex^a, ouvirem e terem sensibilidade para com os problemas gravíssimos que acometem hoje estados e municípios. Portanto, parabênzo V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, que veio se somar – e bem – ao meu pronunciamento.

Repito: ao mesmo tempo, a carga tributária global passou de 29,6% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1988, para 35,7% no ano passado, e a projeção que infelizmente parece se confirmar é de 36,2% para 2004.

Os estados, de sua parte, sofreram redução em sua participação, dos 26,5% de 1988 para os 26,1% estimados para este ano. Aumentando um pouco o horizonte de análise, de volta a 1960, por exemplo, enxergamos melhor o problema. Naquele ano, os impostos dos Estados representavam 31,3% da carga nacional e hoje representam 26%.

Por fim, a situação dos municípios parece, a princípio, muito mais confortável. Em termos de arrecadação, representou respectivamente 4,8%, 2,9% e 4,8% nos anos de referência 1960, 1988 e 2004. Para a receita disponível, encontraremos uma variação que vai de 6,6%, passando por 10,8% e chegando aos 16,2% projetados para o corrente ano.

A Constituição de 1988 facilitou, até a edição da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, o processo

de criação de novos Municípios, muitos dos quais ainda são visíveis do ponto de vista de sustentação, visto que se agarram quase que exclusivamente ao FPM para sua sobrevivência.

A relativa demora em estabelecer um mecanismo de controle para os entes federados – representada hoje pela Lei de Responsabilidade Fiscal – permitiu a propagação dos efeitos deletérios da má gestão dos recursos públicos.

Sabemos, pelo noticiário, que existem cidades hoje que se sustentam sobre o binômio FPM, para os gastos públicos, e os programas de renda mínima do Governo Federal ou formas de benefícios de prestação continuada, no caso do consumo privado. Que sentido existe em dar ou manter a autonomia de tais municípios?

O mesmo parece acontecer com alguns estados, que se sustentam no respectivo Fundo de Participação. Entretanto, a estrita simetria de funções proposta no Texto Constitucional força municípios e estados menos aparelhados a oferecerem serviços no mesmo nível e responsabilidade de outros mais aparelhados, às custas, muitas das vezes, de sua estabilidade administrativa e fiscal.

Por outro lado, as regras de partilha das transferências da União muitas vezes não têm como base a questão populacional, repetindo o desequilíbrio, que já é sobrejamente conhecido, na representação política.

Uma regra realmente interessante de partilha deveria ser baseada no cálculo de uma base orçamentária *per capita*, disponível para cada estado e município, rigorosamente equilibrada. A partir dessa base, seria permitida a introdução de um fator voltado para a diminuição das diferenças regionais, mas que não ultrapasse, como acontece hoje, um limite de, digamos, 30% da base per capita nos casos extremos.

A contrapartida dos que receberam valores diferenciados seria a obrigação de cumprimento de metas de atendimento de serviços públicos, por exemplo, e a definição de um horizonte temporal para demonstrar sua

viabilidade de sustentação como ente federado – exceções apenas para atendimento de calamidades públicas.

Também é necessário definir as funções de cada nível federativo. Com mais de um século de experiência republicana, continuamos esbarrando no mais rasteiro primarismo administrativo de repetir funções nos três níveis, resultando não em cooperação, mas em competição entre os entes federados, agravada, em alguns casos, pela incompetência.

Por que motivo os principais eixos rodoviários do País continuam sob a responsabilidade quase exclusiva do Governo Federal, servindo, inclusive, de pretexto para a instituição de mais uma contribuição? Será que não existe a confiança de que a função de gerenciar estradas ficaria mais bem localizada nos entes federados subnacionais? Deveria estar sob a tutela da União exclusivamente o planejamento macro do sistema rodoviário e, no máximo, a implantação de novas artérias. Da maneira que está, o orçamento fica na União e acaba não sendo utilizado, vitimado pelos freqüentes contingenciamentos destinados a “fazer caixa” para os superávits escorchantes.

Por último, cabe, certamente, nessa discussão sobre o federalismo “à brasileira”, a questão do desequilíbrio da representação e, mesmo, o nosso papel na Federação. Certamente, cabe ao Senado o papel da “Casa da Federação”. Mas um Senado de pauta permanentemente trancada pela avalanche de medidas provisórias do Executivo, com prazos exíguos para opinar, não desempenha bem sua missão. É preciso refletir sobre isso.

E a questão das emendas parlamentares? Freqüentemente são utilizadas como moeda de troca pelo Executivo, uma vez que, no atual sistema de execução orçamentária, apenas ele tem o condão de tornar realidade o atendimento das necessidades locais refletidas nessas emendas. Sem falar na maneira grotesca como a questão é tratada pelo próprio Executivo e por parte da mídia, que acabam passando a impressão de que os parlamentares embolsam esses recursos. No fundo é uma estratégia

da ilusão. Qualquer um, com experiência na administração pública, sabe que a verba liberada em final de ano dificilmente é executada, especialmente se destinada a obras e programas de certo porte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nosso sistema federativo necessita de uma revisão urgente. Precisamos esclarecer e separar as funções e as ações, de forma que a Federação realmente se realize na prática. Precisamos garantir um nível de oferecimento de serviços públicos que resolva o problema do cidadão, e não dos que deveriam estar servindo a ele. Precisamos estabelecer sérios critérios de viabilidade econômica para admitir a criação de novos estados e municípios e para a continuidade da autonomia dos atuais. Precisamos restabelecer a justiça orçamentária voltada para o cidadão. E precisamos, ademais, rediscutir a questão da representação política, que deve ser refletida na composição, funções, atividades e formas de funcionamento das duas Casas do Parlamento.

É o apelo que faço aos meus Pares, em defesa da Federação.

Acredito, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a sobrevivência do pacto federativo e o reequilíbrio da Federação só será conseguido voltando um passo, quando recolocarmos a *res publica* – o trato da coisa pública – acima de projetos e ambições individuais. Restauremos a República e, com isso, salvaremos a Federação.

É o que falo hoje, pretendendo voltar aqui para mostrar a situação dramática que vive o meu Estado, o Rio Grande do Sul. A dramaticidade desta hora da política rio-grandense está a exigir um atendimento tanto por parte do meu Estado quanto por parte do Governo Federal.

Muito obrigado.

ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL

(Pronunciamento em 3 de março de 2005)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, realmente o assunto trazido aqui pelo representante de Santa Catarina, sobre problemas decorrentes da estiagem naquele estado, apesar da veemência e do brilhantismo de V. Ex^a, teria que multiplicar por três para mostrar a situação do Rio Grande do Sul.

É séria a situação de Santa Catarina sim, mas é dramática a situação no Rio Grande do Sul. Há mais de trinta anos não havia uma seca igual. Parece mentira, mas em dez anos é o sexto ano que a seca atinge o Rio Grande do Sul. Cinquenta e duas cidades enfrentam racionamento de água para beber, problema que atinge um milhão e 346 mil moradores das zonas urbanas e rurais; 398 municípios decretaram situação de emergência, 398 cidades do Rio Grande do Sul decretaram situação de emergência, o que representa o maior número de cidades nos últimos 20 anos. Oitenta por cento dos municípios gaúchos estão sendo atingidos por essa seca. O volume previsto não vai recuperar o déficit hídrico do estado nem o mínimo necessário para repor as águas subterrâneas desde 2003. Seis bilhões e trezentos milhões é o prejuízo estimado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul em função da quebra da safra provocada pela maior estiagem dos últimos anos.

A essa altura, perdeu o Rio Grande do Sul 62% da cultura do milho, 75% da cultura do feijão, 35% do leite, 30% da uva, 30% do fumo, 40% da maçã, 40% na

pecuária, 57% na soja. O prejuízo, só na soja, é de 2 bilhões, 555 milhões de reais. Cinquenta e nove mil hectares da lavoura do arroz já estão perdidos; a piscicultura, assim como a criação de aves e suínos e outras culturas de subsistência também foram atingidas. O Governo Rigotto, apesar das dificuldades financeiras, vem fazendo o máximo possível e tomando uma série de ações de Estado: abrindo poços e ajudando no que for possível. O Bannrisul prorrogou o pagamento dos financiamentos dos créditos com o Banco do Rio Grande. A Bancada gaúcha no Congresso Nacional, sob a coordenação de Alceu Collares, marcou reunião com o Presidente da República, para expor, e parece que hoje o Presidente da República dirá as providências que tomará no nosso Estado.

Falando com o Ministro da Agricultura, hoje pela manhã, S. Ex^a nos respondeu que reconhece a gravidade da seca. Fala na perspectiva de que, no futuro, é importante que a Embrapa realize estudo, com os órgãos específicos, sobre a questão climatológica do Rio Grande do Sul, porque, na verdade, o fenômeno vem repetindo-se de uma forma tal que alguma coisa também deve ser feita nesse sentido.

Meu amigo Paim estava lá conosco, junto com o companheiro Zambiasi. Mas o Ministro da Agricultura chama a atenção para o fato de que, se os créditos não vierem a contento agora, eles aumentarão, multiplicarão, duplicarão, e, se não pagar agora, vai ser muito mais difícil, daqui a dois, três meses, com o aumento dos juros, fazer com que alguma coisa realmente aconteça.

Aproveitamos essa reunião da Bancada do PMDB com o Sr. Ministro da Agricultura para que S. Ex^a nos desse uma idéia sobre a questão do fumo, sobre o projeto que está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a respeito da eliminação do cultivo de fumo no mundo. S. Ex^a foi de uma clareza muito grande. Não podemos assinar o extermínio da produção no mundo enquanto não tivermos condições para isso. S. Ex^a teve a idéia de criar um fundo especial para garantir

condições de subsistência e de transferência de produção para os que hoje produzem fumo.

Não podemos, pura e simplesmente, dizia-me agora o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o bravo companheiro Cristovam Buarque, a pretexto de combater o fumo – e devemos combatê-lo totalmente, mas sabendo que pelo mundo haverá gente produzindo fumo –, reduzir à miséria cerca de quase 300 mil famílias.

A criação desse fundo parece-me algo interessante e digno de ser analisado. Não sei se o companheiro Paulo Paim estará na reunião com o Presidente Lula hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço, com o maior prazer, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, ouço o seu pronunciamento e, como sempre, fico admirado. Tenho, aqui neste plenário, aprendido muito com V. Ex^a. Nessa questão específica da seca no Rio Grande do Sul, sou testemunha do movimento que V. Ex^a está fazendo, junto com toda a Bancada gaúcha. Confirmo que a Bancada do PT foi convidada para estar, hoje à tarde, a exemplo do que V. Ex^a fez com a Bancada do PMDB, nas esferas do Governo e, provavelmente, com o Presidente Lula, a fim de dialogarmos sobre a questão da seca no Rio Grande do Sul. Pode ter a certeza de que, naquele espaço, levarei exatamente as mesmas propostas que V. Ex^a levantou no debate com a Bancada e no plenário, por diversas vezes. Vou mais além: fiquei muito feliz com a informação que V. Ex^a me dá sobre a opinião do Ministro da Agricultura sobre a questão da Convenção Quadro. Precisamos estabelecer um longo debate e lembrar que 40% dos países de Primeiro Mundo também não assinaram a referida Convenção. Por isso, a preocupação de V. Ex^a procede, assim como a preocupação por parte do Ministro. Também sou testemunha

de que o ex-Ministro da Educação, hoje Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Cristovam Buarque, deu esse mesmo depoimento na reunião do Bloco. S. Ex^a compartilha exatamente da mesma posição que V. Ex^a aqui expressou. Vamos olhar para o mundo e ver, primeiro, se há um fundo de compensação para podermos dizer, de uma hora para outra, que não será mais, em tese, produzido fumo no Brasil. O aparte é apenas para complementar o seu pronunciamento, Senador Pedro Simon. V. Ex^a pode ter certeza de que, se eu tiver oportunidade de estar hoje à tarde com o Presidente, expressarei a opinião de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Companheiro Paim, o Ministro também disse hoje que, graças a Deus, a Rússia liberou a carne brasileira. Era ridículo proibir que o Rio Grande do Sul exportasse carne para a Rússia por ter havido um foco na Amazônia. Eles reconheceram. E, a partir de agora, o Rio Grande do Sul e outros estados poderão exportar carne para a Rússia, o que me parece muito importante.

Ontem, houve uma reunião da bancada do PMDB com o Ministro da Fazenda. Tive uma impressão muito interessante de S. Ex^a. Achei-o muito competente, e fala com desembaraço. Disse-lhe que o achei parecido com o Ministro Malan, na maneira de falar e de expor seus pontos de vista.

Quanto ao Rio Grande do Sul, S. Ex^a manifestou a simpatia e o carinho que tem pelo Governador Rigotto, do qual se diz amigo pessoal, e falou da dívida que tem com o nosso Estado. Isso é muito importante. S. Ex^a disse que assumiu o compromisso com o Governador Rigotto de, nos próximos dias, dar uma resposta.

Quanto à chance daquele projeto que aprovamos e o Governo vetou, falou da possibilidade de empréstimo do Banco Mundial de US\$400 milhões. Senti que o Ministro da Fazenda está atento à situação dramática do Rio Grande do Sul. Eu disse a ele que cobrei do Presidente Lula essa questão do Rio Grande do Sul – e V. Ex^a estava conosco na reunião. E que o Presidente sur-

preendeu-se: “Mas o Palocci ainda não resolveu?” Quando o Governador Rigotto cobrou do Presidente Lula: “E aí, Presidente?”, Sua Excelência respondeu: “Ué? Mas o Palocci ainda não respondeu?” Eu disse isso pessoalmente ao Palocci, que me garantiu que irá equacionar esse problema do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, vou encerrar.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, foi citado hoje, na nossa reunião com o Ministro da Agricultura, como uma das pessoas pela qual S. Ex^a tem o maior carinho e respeito, pelo conhecimento que tem da matéria.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A ele, Senador.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Obrigado a V. Ex^a e também ao Ministro, de quem fui companheiro de trabalho há 30 anos. Aproveito o tempo de que ainda dispõe, Senador Pedro Simon – dois minutos –, para solidarizar-me com V. Ex^a sobre o que diz em seu pronunciamento, grande ex-Ministro da Agricultura, conhecedor profundo da matéria e, com certeza, como bom gaúcho, exportador de gaúchos pelo Brasil afora. Ontem, em Rio Verde, Estado de Goiás, numa reunião dos governadores do Centro-Oeste, eis que surge o Governador Germano Rigotto. S. Ex^a fez questão de ir, com todo o seu secretariado e com representantes das associações e federações como Federarroz, Irga, Farsul, a essa reunião, patrocinada pelos governadores do Centro-Oeste, para explicar a situação dramática por que passa o Rio Grande do Sul. Estamos solidários com o Rio Grande do Sul, apesar de o problema do Centro-Oeste ser diferente do seu estado. Talvez o nosso seja excesso de chuva, estradas ruins e falta de ações que devem ser executadas pelo Governo. Um rabo da seca do Sul do País atinge um pouquinho

os Estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso não tem esse problema. Também se solidarizou com o Centro-Oeste o Estado do Tocantins, que esteve presente e tem os mesmos problemas que temos. Pois bem, é muito importante que todas as nossas bancadas comecem a trabalhar, se possível até fazendo reuniões de estados e de bancadas para acertarmos esses problemas dos nossos produtores rurais. Lamento apenas, Senador Pedro Simon, a atitude da Rússia, ao abrir o mercado de carne para o Rio Grande do Sul, o Paraná – o de Santa Catarina já estava aberto –, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Não abriu para Mato Grosso e Rondônia porque, segundo os russos, essa é uma zona tampão, para não deixar que a aftosa se alastre. A doença apareceu em Goiás, a 700km da divisa com Mato Grosso. Existem ainda o rio Amazonas e 700km de floresta. Querem impedir que o vírus – que vírus valente! – ultrapasse toda essa barreira. Portanto, Mato Grosso ficou como barreira para esses estados. Mas os governos de Rondônia, do Tocantins e de Mato Grosso têm pretensões de ir à Rússia e mostrar a geografia de onde surgiu a aftosa e onde está Mato Grosso, o maior produtor bovino do Brasil. Obrigado pela concessão do aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, encerro agradecendo, na expectativa de que desta vez o Governo aja com a rapidez necessária e que o Rio Grande do Sul tenha o atendimento que realmente necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PROPOSTAS PARA REDUZIR PREJUÍZOS DA ESTIAGEM

(Pronunciamento em 11 de março de 2005)

Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, Senhoras e Senhores Senadores, mais uma vez, como o fizeram os Senadores Paulo Paim e Senador Sérgio Zambiasi, venho falar sobre a crise do Rio Grande do Sul, um grave problema. V. Ex^a, Sr. Presidente, já se referiu ao Paraná, mas, em termos do Rio Grande do Sul, a dramaticidade é praticamente inédita na nossa história.

Nosso querido amigo, Deputado Odacir Klein, Secretário da Agricultura e Abastecimento, está reunido com todo o setor agrícola para avaliar a estiagem e dar oficialmente ao Presidente a confirmação dos números que, tanto pela Bancada gaúcha quanto pelo Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, ele já deve ter.

A tentativa é fazer um documento único a ser entregue, ainda hoje, ao Governador, que deverá fazê-lo chegar à Presidência da República.

Os números que se apresentam até agora indicam que a perda da lavoura da soja já atinge aproximadamente 60% da estimativa inicial, e a do milho, 57%. Nos dois primeiros meses do ano, a venda do estado de maquinário agrícola de empresas que são também exportadoras teve redução de 50%. Nas companhias que não exportam máquinas, a diminuição dos negócios é de 70% nesse período.

Até ontem, 417 decretos de emergência dos Municípios do Rio Grande do Sul foram publicados.

Conforme afirma o Secretário Odacir Klein, os objetivos das discussões é definir uma linguagem comum em relação aos danos causados pela estiagem e, também, dar unificação aos pleitos que o Governo apresentará. Essa definição será importante, principalmente para o Presidente Lula que, no dia 16, deverá visitar o Rio Grande do Sul com sua equipe de ministros. Aliás, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a recém-criada Comissão de Agricultura do Senado Federal, a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, como também a Farsul e outras entidades ligadas à agricultura, na segunda-feira, às 10 horas, na Universidade Federal de Passo Fundo, farão a discussão e o debate desse documento que será entregue ao Presidente da República.

A produção gaúcha está sofrendo os efeitos da mais longa estiagem de sua história. Segundo os técnicos, as chuvas estão fora de sua normalidade desde janeiro de 2004. Desde janeiro do ano passado, as chuvas no Rio Grande do Sul estão fora da sua normalidade. Se observarmos, verificaremos que esta é a pior estiagem ocorrida nas últimas décadas.

Vejamos as perdas de grãos e como têm sido ingratas essas estiagens para o Rio Grande do Sul.

Na safra de 1985/1986, tivemos uma seca moderada. A perda foi de 2.600.000 toneladas; em 1990/1991, tivemos uma seca forte, com perda de 5.500.000 toneladas; em 1995/1996, a seca foi moderada, e a perda foi de 3.100.000 toneladas; em 1996/1997, a seca foi moderada, com perda de 2.300.000 toneladas; em 1998/1999, foi seca moderada - perda de 3.300.000 toneladas; em 2003/2004, houve uma seca forte, e a perda foi de 5.000.000 de toneladas; em 2004/2005, seca forte – a expectativa da perda é de mais ou menos 8.000.000 de toneladas.

Segundo o último levantamento da Emater/RS, as perdas computadas para as principais culturas de verão já superam a marca dos 50%. As principais culturas, como soja, feijão, milho, hortaliças e frutas, estão seriamente comprometidas. As perdas se refletem não apenas sobre a renda, mas também comprometem o abasteci-

mento das famílias, se considerarmos que esses cultivos, em grande parte, também são aqueles responsáveis pela sua subsistência. O agravamento do quadro representa um maior endividamento da já comprometida economia rural, que vem de uma frustração da safra 2003/2004, em função da estiagem ocorrida no período [como eu disse, com a quebra de cinco milhões de toneladas]. As frustrações sucessivas têm levado ao desânimo muitas famílias, que vêm no êxodo uma saída para seus problemas, afetando principalmente os segmentos mais jovens da população rural, o que tem contribuído para um rápido envelhecimento da mão-de-obra hoje existente no meio rural.

Essa é uma questão gravíssima, difícil, que deve ser analisada. Os jovens saem do meio rural e ali ficam os velhos. O envelhecimento é cada vez maior na zona rural do Rio Grande do Sul.

Essa desestruturação afeta diretamente a economia de mais de 90% dos municípios do estado, que tem sua base econômica fortemente vinculada ao desempenho da agropecuária. Muitos deles já declararam situação de emergência e, segundo os últimos dados da Defesa Civil, alcançam 406 municípios. Pode-se concluir que uma grande desestruturação desse segmento da sociedade implica sério risco de desabastecimento para as populações dos centros urbanos, assim como uma significativa redução no desempenho das exportações da agropecuária.

Esses prejuízos atingem de maneira indistinta todos os segmentos de produtores, desde os da agricultura familiar até os de produção empresarial, em todas as regiões do estado.

Panorama Atual E Conseqüências Na Produção De Grãos.

A atual estiagem que assola o estado teve início em meados de novembro de 2004, quando a safra de verão já se encontrava praticamente implantada em sua totalidade.

Segundo estimativas da Emater/RS, a área cultivada com os principais grãos (arroz, milho, feijão e soja) chegaria a aproximadamente 6,5 milhões de hectares. Estimativas preliminares indicavam uma produção total de 18,7 milhões de toneladas.

A continuidade do quadro de estiagem durante todo o período de desenvolvimento das culturas fez com que essas estimativas fossem alteradas para patamares bastante inferiores aos estabelecidos inicialmente. Levantamentos realizados indicam que, até o presente momento, as perdas médias consolidadas (irreversíveis), chegam aos seguintes índices: arroz, 11%; feijão, 37%; milho, 55%; soja, 60%.

Em produção, esses percentuais representam uma diferença de aproximadamente [em relação à expectativa inicial]: arroz, 700 mil toneladas; feijão, 39 mil toneladas; milho, 2,5 milhões de toneladas; soja, 5 milhões de toneladas.

Projeções que levam em conta os prognósticos climáticos disponíveis indicam uma tendência de agravamento na situação dessas culturas, principalmente milho e soja, uma vez que as chuvas previstas para curto e médio prazos serão esparsas e de fraca intensidade, fato que, aliado à fase em que se encontram as culturas, aumentaria as perdas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Prossigo a leitura:

Segundo essas novas projeções, a produção esperada poderia ser de apenas 10,5 milhões de toneladas contra uma estimativa de 18,7 milhões de toneladas previstas inicialmente, ou seja, cerca de 8,2 milhões de toneladas de grãos a menos.

A produção média mensal de leite no Rio Grande do Sul, no mês de janeiro, nos últimos cinco anos (2000

a 2004), é da ordem de 182 milhões de litros e, em fevereiro, de 163 milhões de litros. Esses números incluem a produção formal e informal, sendo esta estimada em 31% da produção total.

Como a quebra da produção de janeiro foi estimada em 17%, deixaram de ser produzidos ao redor de 31 milhões de litros de leite naquele mês. Em fevereiro, a quebra na produção aumentou para 25%, ou seja, 41 milhões de litros.

Multiplicando-se essas perdas na produção pelo valor do litro de leite que está sendo pago ao produtor (R\$0,55/litro), constata-se que os produtores deixaram de faturar R\$39 milhões nessa seca que estamos vivendo.

EFEITOS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE

Tomando-se os dados da Farsul e considerando-se apenas a diminuição da produção de carne que seria produzida e vendida este ano, mais a redução na produção de terneiros, em função da estiagem, são as seguintes as perdas na pecuária de corte que são realmente consideráveis:

- redução na produção de terneiros (625.000 terneiros x 150,00 x R\$1,90): R\$93.750.000,00;
- redução no peso dos novilhos invernados (95kg/cab. x 1.500.000 cab. x R\$1,90): R\$270.750.000,00;
- redução no peso de desmame dos terneiros (50 kg/cab. x 2.500.000 x R\$1,90): R\$237.500.000,00;
- redução no peso das vacas (80 kg/cab. x 500.000 cab. x R\$1,90): R\$76.000.000,00.
- Total: R\$678.000.000,00.

EFEITOS SOBRE A AVICULTURA

A avicultura representa um segmento muito importante na economia do estado, sendo preponderantemente desenvolvida no âmbito da agricultura familiar. Embora não quantificadas, são significativos os prejuízos

à atividade, tendo em vista a falta de água para os aviários, o que impede que novos lotes sejam distribuídos pelas integradoras, situação essa que se reflete diretamente na arrecadação dos municípios.

EFEITOS NA ECONOMIA RURAL

Considerando-se os preços pagos aos produtores nas últimas semanas e tomando-se como factível os números projetados, o Valor Bruto da Produção das principais atividades da agropecuária gaúcha que deixará de circular é de R\$4.392,2 milhões [só para a soja, esse valor é de R\$2,5 milhões], conforme é demonstrado no quadro abaixo:

As propostas que estão sendo analisadas e que deverão ser apresentadas ao Governador Germano Rigotto, para que as entregue ao Presidente Lula, têm mais ou menos as seguintes características:

1 – Ajuda-estiagem (bônus, bolsa ou auxílio) para 130.000 pequenos agricultores, que não receberão qualquer tipo de cobertura em relação aos prejuízos sofridos pela lavoura de verão, em cinco parcelas mensais de R\$300,00.

2 – Liberação imediata de recursos de pré-custeio e custeio para implementação da próxima safra de inverno.

3 – Prorrogação das parcelas de todos os financiamentos de investimento com recursos federais, incluindo o crédito fundiário, junto a todas as instituições públicas e privadas para o final dos contratos. Pleiteia-se a isenção das parcelas vencidas ou vincendas em 2005 nas linhas do Pronaf, Proger Rural Familiar e do Crédito Fundiário (Banco da Terra).

4 – Repactuação das parcelas dos custeios, sem amparo do Proagro, de produtores e cooperativas junto às instituições públicas e privadas para três parcelas anuais, com rebate proporcional às perdas, um ano de carência após o vencimento e congelamento dos encargos financeiros. A Farsul pleiteia anistia no custeio da lavoura

de arroz de produtores que tiveram bombas de irrigação desativadas, embora licenciadas, priorizando o abastecimento das populações.

5 – Prorrogação de todas as parcelas dos financiamentos (securitização, Recoop e Pesa) já alongados, vencidas ou vincendas em 2005, para pagamento após a última prestação contratual.

6 – Alocação de recursos para as cooperativas e produtores referente à complementação dos custeios ocorridos nas safras 2003/2004 e 2004/2005, no valor de oitocentos milhões de reais.

7 – Recursos de até R\$2.000,00 por família, beneficiando 10.000 famílias, para possibilitar o acesso a redes d'água já existentes.

8 – Criação de uma linha de crédito emergencial para retenção de matrizes bovinas.

9 – Solicitar aos agentes financeiros crédito no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a comercialização das feiras oficiais de outono.

10 – Criação de um fundo de R\$1,5 bilhão para desconto dos títulos não pagos do setor de insumos.

Acrescento dados sobre as obras que o Governo do Estado fez até agora, e peço a inserção nos Anais da Casa: 1.402 açudes, com 2.314 famílias beneficiadas em 57 municípios; 57 quilômetros de canais de irrigação, com 1.238 famílias beneficiadas em 30 municípios; redes de abastecimento total em 99 municípios, abrangendo 139 localidades, com 3.166 famílias beneficiadas, no valor de R\$2.924.998,00; poços artesianos em 213 Municípios, 425 localidades, com 18.770 famílias beneficiadas, no valor de R\$1,9 milhão.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 6792/2004



SENADO FEDERAL



BRASÍLIA - 2005